

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

GUILHERME LUIZ GONÇALVES

**A CONSTRUÇÃO MUDIÁTICA: UMA ANÁLISE DA
COBERTURA DO CASO ISABELLA NARDONI**

BAURU

2017

GUILHERME LUIZ GONÇALVES

**A CONSTRUÇÃO MUDIÁTICA: UMA ANÁLISE DA
COBERTURA DO CASO ISABELLA NARDONI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Jornalismo, sob orientação do Prof. Me. Vinícius Martins Carrasco de Oliveira.

BAURU

2017

Goncalves, Guilherme Luiz

G635c

A construção midiática: uma análise da cobertura do caso Isabella Nardoni / Guilherme Luiz Goncalves. -- 2017.

98f. : il.

Orientador: Prof Me. Vinicius Martins Carrasco de Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) -
Universidade do Sagrado Coração - Bauru - SP

1. Jornalismo. 2. Caso Isabella Nardoni. 3. Espetacularização. 4.
Sensacionalismo. I. Oliveira, Vinicius Martins Carrasco de. II.
Título.

GUILHERME LUIZ GONÇALVES

**A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA: UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO
CASO ISABELLA NARDONI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Jornalismo, sob orientação do Prof. Me. Vinicius Martins Carrasco de Oliveira.

Bauru, 10 de Junho de 2017

Banca examinadora:

Prof. Me. Vinicius Martins Carrasco de Oliveira
Universidade do Sagrado Coração

Prof. M.^a Helena Aparecida Gica Arantes
Universidade do Sagrado Coração

Profa. M.^a Mayra Fernanda Ferreira
Universidade do Sagrado Coração

A Deus, por permitir a vida e todas as possibilidades que nada circundam.

A minha Família, que soube compreender minhas constantes ausências e não me deixaram desanimar.

Ao meu orientador, professor Vinicius Carrasco que me mostrou caminhos a serem trilhados e foi sempre parceiro e incentivador.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não é resultado apenas de um esforço individual. É também fruto da convergência de uma imensa rede de colaboração a quem devo profundo agradecimento. Devo agradecer, em primeiro lugar, a Deus pela vida e pela forma como tem me guiado. Sou eternamente grato aos meus familiares, a minha mãe, meu pai, que ao longo da minha trajetória acadêmica me deram amor e a força necessária para encarar e transpor desafios e obstáculos.

Agradeço de forma especial, ao Prof. Me. Vinicius Carrasco pela amizade, dedicação e pelo rigor acadêmico com que conduziu o esplêndido trabalho de orientação. A todos os meus professores. Devo destacar Diogo Ghosh e Pâmela Pinheiro, dois grandes amigos, que nas horas conturbadas sempre manifestaram total apoio.

A professora Helena, que desde o ensino médio incentiva a ser um comunicador, obrigado, pela amizade, paciência, sou eternamente grato a senhora.

“Mergulha a mente, quando possível, no estudo. O estudo liberta da ignorância e favorece a criatura com discernimento. O estudo e o trabalho são as asas que facilitam a evolução do ser. O conhecimento é mensagem de vida. Não apenas nos educandários podes estudar. A própria vida é um livro aberto, que ensina a quem deseja aprender”.

Divaldo Pereira Franco

RESUMO

Esta pesquisa analisa, mediante abordagem qualitativa, sete edições da revista “Veja” sobre o caso Isabella Nardoni no período de 1º de abril a 30 de junho de 2008 (a morte de Isabella havia ocorrido pouco antes, na noite de 29 de março).” Baseada na escolha das imagens e linguagem utilizada nos textos, a análise de enquadramento visa entender se a imparcialidade jornalística foi respeitada e se houve excessos na maneira de Veja abordar o caso. O fato de ser uma das revistas de informação de maior circulação no país realça a importância de se compreender como as publicações trataram o caso. O entendimento e a opinião do leitor sobre o caso e sobre os personagens têm muito a ver com a postura seguida pela revista. Nos remete importante compreensão de como cada reportagem, de maneira específica, lida com eventos como esse. O “ Caso Isabella” é um tema que está muito ligado ao papel da imprensa, porque remonta as discussões sobre ética no jornalismo, e quais são os limites para que o jornalista exerça sua profissão. Bucci (2000) afirma problemas de vários ângulos, num texto voltado para o leitor comum, que é o maior interessado numa imprensa de credibilidade. Em um momento em que a lógica do espetáculo e do entretenimento contamina os veículos jornalísticos, Caldas (2005) expõe que a dimensão ética do trabalho da imprensa vem sendo constantemente notória em função da sua importância na construção da narrativa jornalística.

Palavras-chave: Jornalismo. Revista “Veja”. Caso Isabella Nardoni. Espetacularização. Sensacionalismo.

ABSTRACT

This research analyzes, through a qualitative approach, seven editions of “Veja” magazine about the Isabella Nardoni case from April 1 to June 30, 2008 (Isabella's death occurred shortly before, on the night of March 29), seven editions Of “Veja” magazine. Based on the choice of images and language used in the texts, the framework analysis aims to understand if the journalistic impartiality was respected and if there were excesses in the manner of See address the case. The fact that it is one of the most popular information magazines in the country highlights the importance of understanding how publications dealt with the case. The reader's understanding and opinion of the case and the characters have a lot to do with the stance taken by the magazine. It reminds us of an important understanding of how each article specifically deals with events such as this. The "Isabella Case" is an issue that is closely linked to the role of the press, because it goes back to discussions about ethics in journalism, and what are the limits to That the journalist exercises his profession.

Keywords: Journalism. Case of Isabella Nardoni.Spectacularization.Sensationalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 JORNALISMO.....	4
2.1 Os primórdios do jornalismo no Brasil.....	4
2.2 O fazer jornalístico.....	8
3 JORNALISMO DE REVISTA.....	13
3.1 Segmentação de conteúdo - Revista.....	19
4 JORNALISMO: ENTRE O ESPETÁCULO E O SENSACIONALISMO.....	23
5 JORNALISMO E ÉTICA.....	31
6 METODOLOGIA.....	36
7 ENQUADRAMENTO “VEJA”	40
8 BREVE HISTÓRICO DA REVISTA VEJA.....	42
9 ANÁLISES	
9.1 <u>A</u>análise <u>R</u>revista “<u>V</u>veja” <u>E</u>edição 2055 – 09 de <u>A</u>bril de 2008.....	44
9.2 <u>A</u>análise <u>R</u>revista “<u>V</u>veja” <u>E</u>edição 2056 – 16 de <u>A</u>bril de 2008.....	53
9.3 <u>A</u>análise <u>R</u>revista “<u>V</u>veja” <u>E</u>edição 2057 – 23 de <u>A</u>bril de 2008.....	60
9.4 <u>A</u>análise <u>R</u>revista “<u>V</u>veja” <u>E</u>edição 2058 – 30 de <u>A</u>bril de 2008.....	64
9.5 <u>A</u>análise <u>R</u>revista “<u>V</u>veja” <u>E</u>edição 2059 – 07 de <u>M</u> maio de 2008.....	68

9.6 <u>A</u> análise <u>R</u> revista <u>“V</u> veja” <u>E</u> edição 2060 – 14 de <u>M</u> maio de 2008.....	71
9.7 <u>A</u> análise <u>R</u> revista <u>“V</u> veja” <u>E</u> edição 2061 – 21 de <u>M</u> maio de 2008.....	73
16 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
17 REFERÊNCIAS.....	82

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa vai analisar como a revista *Veja* abordou o Caso Isabella Nardoni, ocorrido em 29 de março de 2008. Bucci (2000) afirma problemas de vários ângulos, num texto voltado para o leitor comum, que é o maior interessado numa imprensa de credibilidade, em um momento em que a lógica do espetáculo e do entretenimento contamina os veículos jornalísticos.

Robert Entman foi um dos primeiros pesquisadores voltados à aplicação conceitual do enquadramento em pesquisas jornalísticas mundiais. Os primeiros conceitos de análise de enquadramento começaram a surgir no final da década de 1980 e início dos anos 1990. Entman realizou um estudo sobre a cobertura da imprensa norte-americana em dois acidentes aéreos. O primeiro deles, foi a queda do avião coreano Korean AirLines (KAL), que transportava 269 passageiros, em 1º de setembro de 1983, derrubado por um míssil russo. O outro caso, se deu em 3 de julho de 1988, com a queda do avião iraniano IRAN AIR, derrubado por norte-americanos com 290 passageiros. (REESE, 2001, p. 6- 7).

Caldas (2005) expõe que a dimensão ética do trabalho da imprensa vem sendo constantemente notória em função da sua importância na construção da narrativa jornalística.

Tomando o Caso Isabella como exemplo, observa-se que a morte da garota de cinco anos se tornou um grande espetáculo, a ponto de a ética ter sido suplantada. *Veja*, seguindo uma tendência que já se observava em outros veículos, mas de maneira bem mais incisiva, construíram sentido da acusação ao casal Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, sem se preocuparem com o fato de que os acusados, por mais evidentes que as provas parecessem, ainda não poderiam, àquela altura, serem considerados os vilões da história. A pressa pelo ineditismo, somada à vontade de agradar a maior parte do público, poderia ter causado sérios problemas se a inocência de ambos fosse comprovada depois. Tendo isto em vista, pode-se dizer que os meios visam bastante ao modismo, ou seja, ao assunto do momento.

O Caso Isabella Nardoni é um bom exemplo que remete a este fato. Antes mesmo que o julgamento ocorresse e as provas fossem suficientes para que Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá pudessem ser considerados os culpados pelo assassinato da menina Isabella.

A escolha do tema “ construção midiática: uma análise da cobertura do caso Isabella Nardoni” se deu pela repercussão, em todo o país, do assassinato da menina Isabella Nardoni. Além disso, para observar como determinados meios de comunicação, no caso de uma das revistas brasileiras de maior circulação, tratou o ocorrido.

Analisaremos a cobertura realizada sobre o caso Isabella Nardoni, desde o momento que começa as primeiras manchetes até o processo de resfriamento do foco noticioso mais privilegiado da revista.

O que chama a atenção do grande público, em geral, não é o fato propriamente dito, mas a espetacularização em torno deste. Quando a notícia se torna um espetáculo, todo o resto passa a importar menos. Afinal, as pessoas querem “capítulos mais emocionantes” a respeito do assunto, e não situações irrelevantes, que não farão diferença no desfecho da história. Neste sentido, funciona como uma novela. Mas é a novela da vida real.

Quando vemos a maneira como a mídia abordou o Caso Isabella, representada de modo especial pela revista Veja, cujas reportagens contra o casal Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá geraram uma série de reações negativas contra ambos, passamos a nos questionar sobre qual seria o verdadeiro papel do jornalismo na sociedade. E, desta forma, buscamos contribuir para que futuros profissionais da comunicação exerçam seu trabalho de modo mais racional e menos passional, ainda que lidar com determinados temas remeta quase sempre à emoção em lugar da lógica.

Observando tais aspectos, há o apelo da revista ao público, afinal, o dever de informar ficou de lado. Se a precipitação de uma acusação sem provas vai vender mais, que seja. Se é antiético acusar alguém, por mais culpado que pareça, não importa. Deste ponto de vista, tudo aquilo que entendemos por ética profissional é rapidamente posto em xeque.

Segundo Lima Barreto, “o Brasil não tem povo, tem público”. Isto nos leva a pensar nesta como uma sociedade do espetáculo, que apenas acompanha os acontecimentos, sem, necessariamente, fazer algo que possa melhorar a realidade. A mídia, funcionando como quarto poder, aproveita fatos como este, que causam comoção nacional, em seu constante apelo para o sensacionalismo. E, tendo em vista o dever do jornalista para com o seu público, o informar deve ser sempre prioridade, algo que não ocorre muitas vezes.

A amostra das revistas refere-se ao período de 1º de abril de 2008 a 30 de junho de 2008, totalizando 7 exemplares. Esse período abrange os dias posteriores à queda de Isabella do sexto andar do Edifício London, em São Paulo. As suspeitas de que o apartamento da família Nardoni, teria sido arrombado por ladrões foram descartadas dias depois. Os indícios apontavam que Alexandre Alves Nardoni e Anna Carolina Trotta Peixoto Jatobá atiraram Isabella Nardoni, de cinco anos, pela janela do apartamento, no dia 29 de março. Com o passar do tempo, as suspeitas de que o casal assassinou a menina e tentou esconder o crime aumentaram. Com as supostas provas apresentadas pela polícia, como a reconstituição do assassinato de Isabella, foi decretada a prisão preventiva do casal.

No próximo capítulo será abordada a temática dos primórdios do jornalismo no Brasil. Desde a Revolução Francesa, passando pelo surgimento tardio no Brasil até então o jornalismo pela informação eletrônica e interativa, a vasta inovação tecnológica e as mudanças nas funções dos jornalistas.

2 JORNALISMO

O presente estudo tem como objetivo a análise de edições impressas. Para tanto, antes de partir para o objeto em si, faz-se necessária a contextualização de alguns conceitos inerentes à prática jornalística. O ponto de partida, que vem a seguir, trata da origem do jornalismo impresso no Brasil. Pretende-se dar um panorama dos primórdios do jornalismo no país, para posteriormente, avançar em direção ao proposto, abordando o fazer jornalístico.

2.1 OS PRIMÓRDIOS DO JORNALISMO NO BRASIL

O jornalismo é filho legítimo da Revolução Francesa, mas se consolidou na forma que conhecemos hoje no século XIX, especialmente na Inglaterra, França e Estados Unidos. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 60- 61).

O estilo do jornalismo nacional no Brasil pode ser dividido em três fases, iniciando pelo jornalismo opinativo e ideológico, jornalismo informativo e interpretativo. Parece uma divisão simplista e até mesmo controversa, uma vez que não contempla todas as nuances da questão.

Entre as fases mais importantes no jornalismo brasileiro, tendo em vista os primórdios do jornalismo literário que vai do surgimento da imprensa no Brasil até meados do século XIX.

No segundo elemento, surge o jornalismo informativo estético durante o período do século XIX e a 1ª Guerra Mundial. Seguido pelo jornalismo informativo utilitário, durante todo o período entre guerras e vai até décadas de 50 e 60.

A partir de então, caracteriza-se o jornalismo pela informação eletrônica e interativa, vasta utilização tecnológica e a mudança nas funções dos jornalistas, muito mais agilidade e velocidade da informação. Começo da crise da imprensa escrita, marcando a quarta fase do jornalismo no século XX.

No Brasil a imprensa tem como sua principal característica o seu surgimento tardio, justificado pela ausência de burguesia e capitalismo, praticamente, até o final do século XIX (um atraso de mais de 200 anos em relação a outros países americanos, como EUA e México). O surgimento da imprensa brasileira é decorrente da vinda da família real portuguesa, em

1808, comumente conhecida como Imprensa Régia. As primeiras oficinas da Imprensa Régia foram instaladas em maio. Mas o jornal oficial da Corte Portuguesa, a “*Gazeta do Rio de Janeiro*”, só passou a circular no dia 10 de setembro (data em que se comemorava, até 1999, o Dia da Imprensa). O primeiro jornal do país, o *Correio Braziliense*, era editado na Inglaterra e proibido de circular em território nacional. O segundo jornal brasileiro, A *Gazeta do Rio de Janeiro*, era uma espécie de Diário Oficial da Coroa Portuguesa. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 60-61). *Gazeta* foi o primeiro jornal impresso no Brasil, no qual havia atenção especial para que nada se publicasse contra o governo, a religião e os bons costumes. (BAHIA, 2009, p. 17).

O marco inicial do jornalismo brasileiro, porém, é 1º de junho (oficializado como Dia da Imprensa pela Lei nº 9.8831). Foi nessa data, com o *Correio Braziliense*, ou *Armazém Literário*, editado por Hipólito da Costa em Londres (onde estava exilado), que, efetivamente, começaram as atividades jornalísticas. Hipólito é considerado o patrono da imprensa brasileira. Seu jornal, mensário, apresentava estilo moderno, dinâmico e crítico, com foco na opinião e informação política. (BAHIA, 2009, p.17).

Por ser produzido em Londres, era trazido de navio para cá, circulando tanto no Brasil quanto em Portugal. Em 21 de abril de 1960, Assis Chateaubriand, magnata das comunicações brasileiras durante o período final dos anos 30 e começo dos anos 60, “recriou” o *Correio Braziliense*. O nome, porém, era apenas uma homenagem ao original, aproveitando a própria inauguração de Brasília naquela data. Atualmente, trata-se do jornal de maior circulação do Centro-Oeste e um dos principais do país. (BAHIA, 2009, p. 30).

O início da imprensa nacional teve como marca a divergência: enquanto a *Gazeta* apresentava-se como ‘chapa-branca’ (ou seja, financiada pelo governo), experimentando a censura prévia, o *Correio* mostrava-se combativo, questionador e ousado. A *Gazeta* queria levar a crer que o Brasil era o verdadeiro paraíso terrestre, ao passo que o *Correio* questionava esse fato. Diante de tal situação, havia certa rivalidade entre os jornais. (BAHIA, 2009, p.31-32).

Ainda que houvesse essa disputa, o que não se pode negar é o pioneirismo do *Correio* como veículo de referência internacional, o que não era o caso da *Gazeta*. Desde cedo, o mensário chamava a atenção por sua criticidade acentuada contra a administração colonial em

todos os seus setores, da violência com que ideias contrárias eram reprimidas à sutileza do silêncio de quem deveria responder aos anseios do povo. (BAHIA, 2009, p. 32).

Tanto o *Correio* quanto a *Gazeta* duraram de 1808 a 1822, justamente um dos períodos mais significativos da história brasileira. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, chamada apenas de *Gazeta do Rio* a partir de 29 de dezembro de 1821, deixou de circular após a Independência. O *Diário Fluminense*, de Dom Pedro I (que atacava seu grande rival, o *Aurora Fluminense*, jornal dos liberais, de caráter similar ao próprio *Correio*), e o *Diário do Governo*, de Dom Pedro II, foram seus sucessores como órgãos oficiais de imprensa. O *Correio Braziliense*, por sua vez, teve exatas 175 edições, num total de 29 volumes. O dia 1º de dezembro de 1822 marca seu fim após ininterruptos 14 anos e sete meses. Seu formato era muito mais próximo do que, hoje, são as revistas em comparação aos jornais propriamente ditos, seja pelo número de páginas, seja pela própria escrita. Levando-se em conta a própria periodicidade do jornal, nota-se o que representou, à época, e representaria, contemporaneamente, uma quebra de paradigma. Certamente, um estilo pouco habitual. (BAHIA, p. 33, 50-51).

Posteriormente, no período pré-independência, os jornais se multiplicaram de maneira significativa, ainda que grande parte deles tenha sido de curta duração. Mais precisamente a partir da Revolução Constitucionalista de Portugal (ou Revolução Liberal do Porto, cidade onde começou o movimento), ocorrida em 1820, a qual exigia a volta do rei ao seu país. Valendo-se do fato de que a maior parte da população era composta por analfabetos, esses jornais, vendidos a preços baixos, atingiram alto nível de circulação e popularidade, expandindo sua influência e ampliando seu poder na sociedade. (BAHIA, p. 53-54).

Nesse período, devido ao caráter opinativo das publicações, as possíveis formas de colonização do território brasileiro foram amplamente discutidas, gerando forte sentimento nacionalista nas pessoas, além do desejo de autonomia em relação à metrópole, o que mudou para sempre os rumos do país. (BAHIA, p. 53-54).

O momento de transição na história brasileira podia ser visto de duas formas. Naquele contexto, seria uma dificuldade a mais, ao mesmo tempo em que representava uma grande chance:

Em 1808, no Brasil, o jornal é um risco, uma temeridade, uma aventura. E também uma questão de oportunidade, necessidade, dever. Assim pensa Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, que poderia ter lançado o *Correio* em fins de 1805, desde que chegara a Londres fugido dos cárceres da Inquisição. (BAHIA, 2009, p.30).

Para Hipólito da Costa, entretanto, o momento era inadiável, especialmente pela forma que o jornalismo já tomava no resto do mundo. Nos *Anais da Imprensa Nacional*, Vale Cabral afirma: “Três séculos permaneceu o Brasil sem a arte de Gutenberg. Só Gregório de Matos, pelos fins do século XVII, fez uma espécie de revolução no ânimo destes povos com as suas sátiras mordentes e picantes [...], e pode muito bem considerar-se que o poeta era a imprensa viva daquele tempo”. (BAHIA, 2009, p. 41- 42).

Embora tenha iniciado de maneira tardia no país, a produção jornalística começava a se desenvolver de maneira mais concreta, passando a representar, então, uma grande força perante o público em geral, além dos próprios governantes, característica mantida pelos anos seguintes. Define Juarez Bahia (1967):

O jornalismo é um tema da maior importância na sociedade moderna. Isto deveria dizer, senão tudo, pelo menos alguma coisa da matéria. No Brasil, é preciso dizer mais. Um país em desenvolvimento, sem estabilidade política e diante de dramáticos desafios sociais, aspirando a um justo lugar de primeiro plano, tem no jornalismo uma tribuna irrecusável. (BAHIA, 1967, p. 11).

Após 1808, passaram-se alguns anos até surgirem, na Bahia, os primeiros jornais e revistas não-oficiais. 1812 marca a primeira revista impressa no país, quando o periódico *Idade d'Ouro do Brazil*, de linha conservadora e a favor da monarquia absolutista portuguesa, apresenta *As Variedades ou Ensaios de Literatura*. Diogo Soares da Silva de Bivar, português, era o redator tanto da revista quanto do jornal (neste, contava com a colaboração do padre Ignácio José de Macedo) e foi um dos pioneiros das publicações independentes. (BAHIA, 2009, p. 41).

O *Idade d'Ouro do Brazil*, primeiro jornal baiano, contava com quatro páginas e circulou às terças e sextas-feiras durante o período de 14 de maio de 1811 e 24 de junho de 1823, pouco antes da expulsão das forças portuguesas durante a Guerra da Independência do

Brasil. Como defensor da monarquia portuguesa e odiado pelos patriotas brasileiros, o periódico sentiu o impacto do conflito até sua extinção total. (BAHIA, 2009, p. 42).

Quanto à revista, impressa pelo tipógrafo português Manuel Antônio da Silva Serva, em Salvador, não havia um foco propriamente dito: tratava a respeito de novelas, curiosidades, falava da sociedade, possuía anedotas, enfim, de caráter literário geral. Atualmente, são conhecidos apenas três exemplares da revista, o primeiro contendo 30 páginas, e os dois últimos, 67: o da edição número 1, de janeiro de 1812, e a edição dupla dos dias 2 e 3 de março do mesmo ano. Estes exemplares pertencem à Fundação Clemente Mariani, em Salvador. (BAHIA, 2009, p.42).

Por tudo isso, esta revista é considerada raríssima, havendo poucas informações a seu respeito. O historiador mineiro Hélio Vianna e o bibliófilo Renato Berbert de Castro, ambos falecidos, foram os grandes responsáveis por recuperar parte essencial da memória dos primeiros tempos de imprensa brasileira. (BAHIA, 2009, p. 43).

O primeiro capítulo do livro *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*, cujo título é: “A primeira revista brasileira (1812), *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, da Bahia”, escrito por Vianna e publicado pela Imprensa Nacional em 1945, e a “Introdução”, escrita por Castro e publicada em 1982, mostrando os sumários dos três números conhecidos da histórica revista, são os dois principais textos que relembram uma parte quase esquecida do jornalismo nacional. (BAHIA, 2009, p. 43-44).

Á época, a revista, de pouquíssimos leitores, era, na verdade, chamada de “jornal” (de acordo com a terminologia que se utilizava). Foi justamente Silva Serva o responsável por, em 1814, organizar e encadernar a coleção, da qual, como mencionado, pouco restou. (BAHIA, 2009, p. 44).

Após apresentar os primórdios do jornalismo no Brasil, pretende-se no próximo item deste segundo capítulo expor o fazer jornalismo em sociedade, pois o jornalismo está a serviço de todos.

2.2 O FAZER JORNALÍSTICO

A comunicação é um ato indispensável na vida do ser humano. Através dela, os seres humanos partilham diferentes informações entre si, tornando o ato de comunicar essencial em

sociedade. O processo de comunicação consiste na transmissão de informação entre um emissor e um receptor, que decodifica a mensagem. A mensagem circula por meio de onda, seja por carta, telefone, comunicada na televisão e, principalmente, falada. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 63-64). Traquina resume o fazer jornalístico:

É absurdo pensar que possamos responder à pergunta “O que é o jornalismo?” numa frase, ou até mesmo num livro. Mas sejamos corajosos e tentemos. Poeticamente podia-se dizer que o jornalismo é a vida, tal como é contada nas notícias de nascimentos e de mortes, tal como o nascimento do primeiro filho de uma cantora famosa ou a morte de um sociólogo conhecido mundialmente. É a vida em todas as suas dimensões, como uma enciclopédia. (TRAQUINA, 2005, p. 19).

Jornais, revistas e, com o tempo, novas mídias sempre trouxeram outras visões e modificaram o contexto no qual estavam inseridas. Naturalmente, o jornalismo aborda todos esses aspectos, mas há sempre um debate sobre o que pode ser ou não considerado jornalismo. No processo do fazer jornalístico, cabe ressaltar as diferentes visões acerca do tema. Para Bahia:

Todos os meios pelos quais a notícia chega ao público são jornalismo. A palavra *jornalismo* quer dizer apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, ideias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação. (BAHIA, 2009, p.19, vol. 2).

O jornalismo está a serviço de todos. E, como em qualquer atividade que serve à sociedade, a responsabilidade do jornalista é grande. Seu dever é primar pela verdade e fazer a diferença ou, de alguma forma, influenciar positivamente a vida das pessoas. “A missão do jornalista é saber e dizer o máximo possível.” (BAHIA, 2009, p.22, vol. 2). Segundo Traquina (2005, p. 22). Os jornalistas fazem parte de uma profissão, talvez uma das profissões mais difíceis e com maiores responsabilidades sociais.

No entanto, é fundamental saber o momento e o lugar certo de se escrever ou falar algumas coisas. Espera-se do bom jornalista, por exemplo, que não fique “em cima do muro” quando determinado espaço pedir sua opinião. Assim como não fica bem opinar num texto

que se propõe a ser informativo. (BAHIA, 2009, p. 22, vol. 2). Rui Barbosa, certa vez, afirmou que:

[...] a imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça. (BAHIA, 2009, p. 19-20, vol. 2).

Um dos grandes desafios do jornalista é a necessidade constante de atualização, pois quem não está “atenado” com os mais diversos assuntos dificilmente consegue acompanhar a velocidade dos acontecimentos. Afinal, conforme o dito popular, “nada mais velho do que o jornal de ontem”. (TRAQUINA, 2005, p. 25).

Para Traquina (2005), na visão dos jornalistas, o jornalismo nada mais é do que a realidade. Afirmção simplista, porém verdadeira. Ele complementa:

Existe um acordo tácito entre os que escolhem esta profissão de jornalista e o leitor/ouvinte/telespectador que torna possível dar credibilidade ao jornalismo: o principal produto do jornalismo contemporâneo, a notícia, não é ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas. (TRAQUINA, 2005, p. 19-20).

Um dos piores erros que o jornalista pode cometer, capaz até mesmo de destruir uma promissora carreira, é ultrapassar a fronteira entre realidade e ficção. Mesmo assim, essa “realidade” não deve ser contada em partes, tal qual uma telenovela, e sim por completo, até pela questão da credibilidade. Nesse sentido, a pressa em narrar os fatos, sem antes avaliá-los, é um obstáculo. (TRAQUINA, 2005, p. 20).

Quando se fala em Quarto Poder, pelo menos no caso do Brasil, é pelo fato do jornalismo ser uma grande força, capaz de reverter ou fazer surgir situações nas quais, sem sua presença, certamente a questão seria abordada de outra forma ou nem seria abordada. Um exemplo é o caso de uma eleição: a mídia pode, de maneira parcial ou, até mesmo, imparcial, denunciar que o candidato favorito a ganhar esteja envolvido em esquemas de corrupção. Logo, sabe-se que o resultado da eleição pode até ser o mesmo, mas é impossível que aquela notícia não exerça alguma influência negativa diante da população, ainda que de forma mínima. Então, justifica-se o uso do termo. (TRAQUINA, 2005, p. 23).

Obviamente, entretanto, em países onde a liberdade de imprensa é minada ou sequer existe, fatos como este não ocorrem. E não ocorrem porque qualquer publicação contra o governo, a religião oficial ou, talvez, criticando certa lei, provavelmente, será punida com severidade. Assim sendo, a discussão sobre o papel da imprensa e suas vertentes só pode ocorrer numa democracia. Do contrário, os fatores citados acima para que o jornalismo atinja seus objetivos de modo eficaz estarão sempre sujeitos a restrições. (TRAQUINA, 2005, p. 23).

Contemporaneamente, Traquina defende que o jornalismo:

É um conjunto de estórias, estórias de vida, estórias de estrelas, estórias de triunfos e tragédia. Será apenas coincidência que os membros da comunidade jornalística se refiram às notícias, a sua principal preocupação, como estórias? Os jornalistas veem acontecimentos como estórias e as notícias são construídas como estórias, como narrativas, que não estão isoladas de estórias e narrativas passadas. (TRAQUINA, 2005, p. 21).

Não é ficção, é mostrar a realidade de um determinado ponto de vista. Do nascimento de uma vida até a morte de um ser. Podemos dizer que jornalismo é a resposta para todas as perguntas que muitas pessoas fazem todos os dias. O que é que está acontecendo agora? E o jornalista, onde entra nesta história? Jornalistas são os modernos contadores de “estórias” da sociedade, e com as maiores responsabilidades sociais. (TRAQUINA, 2005, p. 21-23).

Nesse processo, a liberdade é essencial para troca de ideias e opiniões. “O jornalista tem a obrigação de ser o guardião do governo”, afirma Traquina (2005, p.23). Desde o início do século XIX, o jornalismo é chamado de “Quarto Poder”, por certa desconfiança no poder político, muito devido a séculos de autoritarismo e poder excessivo concentrado nas mãos de poucos, além da ausência de liberdade (dentre elas, a da informação), problema que criou em todo o mundo um descontentamento geral com o cenário político. (TRAQUINA, 2005, p. 23).

A própria democracia está intimamente ligada ao dever jornalístico. Os fundadores da teoria democrática sempre enfatizaram a liberdade como algo, mais do que fundamental, necessário, dando ao jornalismo o privilégio – e também o dever, evidentemente – de ser um dos segmentos mais importantes da sociedade, responsável, inclusive, por fiscalizar o governo, o que reforçava seu status de Quarto Poder. O papel central do jornalista, na democracia, é informar sem censura. (TRAQUINA, 2005, p. 22 e 23).

A sociedade colocou o jornalista à frente dos problemas sociais. Por isso, é uma profissão com enorme responsabilidade social, exigente e perigosa. Muitas das vezes, estamos à frente de decisões difíceis e sob duras pressões. Um exemplo simples: qual a melhor arma contra uma ditadura? A melhor arma contra uma ditadura costuma ser a liberdade de informação. (TRAQUINA, 2005, p. 21).

Os jornalistas estão na frente de batalha da liberdade, prontos a vir em sua defesa [...] O presidente e dono de um prestigiado jornal norte-americano defendeu o papel de guardião do jornalismo na democracia e o dever do jornalismo de publicar pontos de vista divergentes. (TRAQUINA, 2005, p. 23).

Por outro lado, o jornalismo é um “contra-poder” ou “poder” a serviço dos “poderosos”, por ser a reprodução de fatos, mas de um sistema dominante condicionado à dura pressão hierárquica da linha editorial do meio. O jornalismo acaba sendo seletivo na construção da realidade. Algumas coisas vemos, outras não. (TRAQUINA, 2005, p. 25).

Poucas profissões são alvo de tantas críticas quanto o jornalismo. Formador de opiniões, o jornalista deve sempre prezar pela boa imagem. Entretanto, ainda mais importante do que a boa imagem é cumprir o seu papel de informar de maneira eficiente e contribuir, de algum modo, na melhora da sociedade. (TRAQUINA, 2005, p. 24- 25).

Até o presente capítulo, tratamos do fazer jornalismo, pois o jornalismo está a serviço de todos. A partir de agora, faz-se necessário contextualizar o jornalismo em revista. O surgimento no mundo e no Brasil, bem como suas características para em seguida, partimos aos aspectos mais específicos do objeto analisado.

3 O JORNALISMO DE REVISTA

O presente tópico parte da contextualização da revista no Brasil e no mundo e, em seguida, trata-se da segmentação do conteúdo do jornalismo de revista. Aqui tem-se um panorama deste tipo de periódico, os principais títulos que marcaram história e especificidades sobre a prática do jornalismo neste veículo com características ímpares com relação ao formato e linguagem, por exemplo.

3.1 O INÍCIO DA REVISTA NO BRASIL E NO MUNDO

As revistas representam a variedade editorial de que dispomos. São milhares de títulos para atender todos os públicos e gostos. A revista está inserida no mercado que busca a segmentação de público. Fala para diversas tribos. Revistas e jornais possuem diferenças, seja por sua periodicidade, linguagem ou qualquer outro aspecto.

A primeira revista da história surgiu em Hamburgo, Alemanha, em 1663, cujo nome *Erbauliche Monaths – Unterredungen* poderia ser traduzido como “Edificantes Discussões Mensais”. Foi criada pelo teólogo e poeta alemão Johann Rist e circulou até 1668. Monotemática, tratava apenas sobre teologia. Seu formato era muito mais próximo de um livro impresso do que, necessariamente, de uma revista. (CONCEIÇÃO e SILVA, 2013, p. 1-2)

As revistas surgiram com o propósito de auxiliar a sociedade, como uma espécie de serviço de utilidade pública. Poderiam melhorar a vida das pessoas, auxiliar na educação, tornar os cidadãos mais críticos, dentre várias outras possibilidades. Com o tempo, no entanto, com interesses muito mais midiáticos do que público, esta ideia original se altera. (CALTABIANO, 2011, p. 25-29).

O sucesso da publicação contribuiu para o aparecimento de novas revistas monotemáticas, pouco tempo depois: a francesa “Jornal dos Sábios”, sobre ciências, a inglesa “Transações Filosóficas” (ambas de 1665) e a italiana “Jornal dos Literatos”, em 1668. Apenas em 1672, quase uma década após “Edificantes Discussões Mensais”, nasceu, na França, a primeira revista multitemática: *Le Mercure Galant*. Nesta revista, havia espaço para anedotas, poesia, notícias, debates, moda, informações sobre a Corte, dentre tantos assuntos.

Circulou até 1724, com uma interrupção no período de 1674-1677. (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 28-29).

Nesse período, os índices de analfabetismo na Europa diminuía ao passo que a população tornava-se mais crítica e expandia seu interesse por novas leituras. As revistas, desta forma, cresciam em popularidade. Em Londres, foi em 1693, o marco de outro momento importante: o lançamento da primeira revista feminina da história, *TheLadie's Mercury* (Mercúrio das Senhoras). Semanal, trazia temas do universo das mulheres, tais como amor, moda e comportamento, além de poesias e a crônica da Corte. O pioneirismo de Londres, porém, não se restringiu a isto. Afinal, foi na capital inglesa que, em janeiro de 1731, Edward Cave fundou a *The Gentleman's Magazine* (Revista do Cavalheiro), periódico mensal que durou até 1907. (TAVARES;SCHWAAB, 2013, p. 28-29).

The Gentleman's Magazine, dedicada ao entretenimento, é considerada a primeira revista moderna, trazia poemas, textos de ficção, comentários sobre política, ensaios e críticas. Além disso, utilizou a denominação “magazine” pela primeira vez.

Londres, novamente, representa ineditismo em revistas ilustradas. *The Illustrated London News*, em 1842, foi a primeira revista a utilizar gravuras em companhia aos textos dos artigos. A ideia do inglês Herbert Ingram para a publicação semanal não só obteve grande sucesso comercial, comprovando sua tese, como também inspirou o surgimento de outras revistas ilustradas na época. No entanto, foi a americana *National Geographic*, de outubro de 1888, a primeira a publicar fotos coloridas e imagens inéditas do espaço, da natureza e da vida selvagem. Uma das revistas científicas mais importantes do mundo, que incentiva e até financia expedições e explorações, a *National Geographic* sobrevive até os dias de hoje, tendo sua versão original (em inglês) e em mais 32 idiomas. Sua fundação no Brasil ocorreu somente em maio de 2000. (HISTÓRIA DAS REVISTAS NO BRASIL E NO MUNDO, 2011).

Em 1855, surgiu a *Leslies Weekly*, uma das primeiras revistas dos Estados Unidos a utilizar ilustrações. Possuía, na segunda metade do século XIX, uma circulação média de 100 mil exemplares. De acordo com o assunto que se tratava na edição, esse número podia até mesmo triplicar. Um dos momentos históricos da publicação ocorreu durante a Guerra Civil Americana (1861-1865), no qual foram enviados, de maneira inédita, 12 correspondentes para

atuarem na cobertura do conflito. (HISTÓRIA DAS REVISTAS NO BRASIL E NO MUNDO, 2011).

Já quando o assunto é moda, a também americana *Vogue*, fundada pelo editor Arthur Turnure em 1892, é referência até hoje. No princípio, fora as próprias reportagens de moda, dedicava-se aos luxos e prazeres da vida, tendo como público-alvo a elite de Nova York. Outra revista nova-iorquina de grande sucesso foi *The New Yorker*, fundada pelo americano Harold Ross em 1925. Embora o humor e a qualidade dos textos literários fossem o seu ponto forte, a publicação começou tratando a respeito da vida cultural e social da cidade. Pouco depois, abriu espaço para reportagens, críticas e textos de ficção. Grandes escritores do século XX, como Dorothy Parker e J. D. Salinger, foram alguns dos colaboradores da *The New Yorker* ((HISTÓRIA DAS REVISTAS NO BRASIL E NO MUNDO, 2011).

No Brasil, assim como tardiamente as atividades da imprensa começaram (em 1808, quase quatro séculos após o início da imprensa mundial, com Johannes Gutenberg, na Alemanha, por volta de 1450), também foi tardia a sua evolução em relação, especialmente, à Europa. O início das revistas no país é um bom exemplo: a primeira revista brasileira data de 1812, quando nasceu, em Salvador, BA, *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, publicação que tratava de temas cultos. (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 30).

Foi com a corte portuguesa que as revistas desembarcaram no Brasil no século XIX. A cidade de Salvador, na Bahia, foi o berço da primeira publicação produzida em território nacional, batizada de *As Variedades ou Ensaios de Literatura*. Foram apenas duas edições em 1812, sem apresentar o perfil noticioso, mas instituindo o marco do seu surgimento. (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 30).

Considerando que o jornalismo de revista, também de origem alemã, deu seus primeiros passos em 1663, o distanciamento é de mais de um século. Um reflexo, portanto, do avanço europeu frente ao resto do mundo. (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 30).

As primeiras revistas brasileiras pouca importância tiveram para a sociedade. Não se preocupavam em refleti-la: eram publicações eruditas, não noticiosas. A preocupação com a notícia, aliás, não era a tônica da imprensa brasileira da época: o grito de D. Pedro às margens do Ipiranga demorou treze dias para ecoar nas páginas do jornal *O Espelho*, do Rio de Janeiro. (A REVISTA NO BRASIL, 2000, p.18).

A partir de 1860, houve uma grande mudança nas revistas brasileiras. Os textos extensos e sem imagens já não chamavam mais a atenção do leitor como antes. Bastavam, apenas, legendas. As gravuras e fotos passaram a ser tão importantes quanto o próprio texto, como se verificou, por exemplo, nas publicações feitas durante a Gripe Espanhola do Rio, em 1918. Essas publicações já estavam adaptadas ao novo modelo de revista, com menos textos e mais imagens. As imagens mostravam, em geral, o quadro desolador de pessoas vítimas da pandemia. Mas foi antes desse conturbado momento que, em 1904, as revistas, de fato, adquiriram grande popularidade. Nessa época, havia certo temor de que a indústria do livro fosse à falência. (A REVISTA NO BRASIL, 2000, p. 18-21).

Pouco após esse período de mudança, a Guerra do Paraguai (1864 – 1870) trouxe um grande desafio para o jornalismo nacional, o primeiro que as revistas enfrentaram. A princípio, os jornais somente transcreviam as informações oficiais do embate ou publicavam cartas diretamente dos campos de batalha. Foi na revista *Semana Ilustrada*, de Henrique Fleuiss, desenhista alemão radicado no Brasil, que a cobertura da guerra passou a ser destaque, em 1865. Fleuiss recebeu, um dia, na redação do periódico, localizada no centro do Rio de Janeiro, a visita de um grupo de oficiais que iriam para a batalha.

O alemão convenceu esses homens a relatar, então, o que ocorria na guerra para a *Semana*, ensinando alguns dos princípios básicos da fotografia, não muito utilizada à época. Nascia, assim, a fotorreportagem, que consistia de textos curtos acompanhando as imagens. (A REVISTA NO BRASIL, 2000, p. 43-44).

A fotografia tornou-se, posteriormente, fundamental na reportagem. A *Revista da Semana*, em 1900, foi a que melhor usou esse recurso nos seus primeiros tempos. Os editores do periódico, quando não iam às ruas para fazer reportagens fotográficas, utilizavam o próprio estúdio para fotografar simulações de crimes. Desta forma, conseguiam o conteúdo necessário para a seção policial. E a *Revista da Semana* teve enorme importância durante a Revolta da Vacina, ocorrida no Rio, em 1904. Afinal, as únicas imagens conhecidas do histórico movimento popular foram publicadas em suas páginas. Outra participação marcante é a da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em que a revista trazia praticamente um diário de campanha sobre os conflitos. (A REVISTA NO BRASIL, 2000, p. 44).

No contexto mundial, a revista considerada como a mais importante e influente da história do fotojornalismo é a *Life Magazine*, criada em 1936 pelo editor americano Henry

Luce. A *Life* sempre usou imagens bastante expressivas como parte fundamental do entendimento da mensagem. Logo em sua primeira edição, a revista já trouxe 96 fotografias ocupando a página inteira. Deixou de circular semanalmente a partir de 1972. (A REVISTA NO BRASIL, 2000, p. 45).

Pouco antes disso, o jornalismo brasileiro, mais especificamente o jornalismo de revista, viveu um de seus períodos mais importantes, em que uma publicação se transformou num marco histórico, muito por conta de um dos maiores nomes da comunicação no país. (A REVISTA NO BRASIL, 2000, p. 43 e 44).

O Cruzeiro, de 1928, criação de Assis Chateaubriand, jornalista e magnata das comunicações brasileiras, não foi somente uma das principais revistas do país. Foi também a consagração da reportagem (principalmente da reportagem ilustrada). Com aguçada visão jornalística, suas matérias geravam grande repercussão, como a do primeiro concurso de Miss Brasil, realizado em 1930, e, no mesmo ano, a eleição da Miss Universo, vencida pela gaúcha Yolanda Pereira. Para o Miss Universo, foram enviados repórteres aos Estados Unidos a fim de cobrir o evento. (A REVISTA NO BRASIL, 2000, p. 43 e 44).

O grande sucesso da criação de Chateaubriand pôde se verificar desde cedo. A primeira tiragem da revista, ainda com o nome de *Cruzeiro* (sem o “O”, portanto), teve 50 mil exemplares. Além dos contos, trazia, especialmente, grandes reportagens, ilustradas com fotos e desenhos. (A REVISTA NO BRASIL, 2000, p. 46).

Mesmo assim, *O Cruzeiro*, como lembra “A Revista no Brasil”, não representava o jornalismo perfeito, pelo menos nos padrões que se busca atualmente:

Apesar de tantos feitos, *O Cruzeiro* estava longe de ser um modelo de rigor e isenção jornalísticos. A Revista chegou a apresentar como real a fotomontagem do que teria sido um “desfile de discos voadores no céu do Rio de Janeiro” em uma noite de 1952. A patacoada materializou-se num encarte de oito páginas, “Extra: Disco Voador na Barra da Tijuca”. (A REVISTA NO BRASIL, 2000, p. 50).

Um dos maiores nomes da história de *O Cruzeiro* é Mário de Moraes, repórter apelidado de “rei do furo” pelos colegas. Moraes conquistou, ao lado do fotógrafo Ubiratan de Lemos, o I Prêmio Esso de Reportagem, em 1955 (posteriormente, o mais cobiçado por profissionais de imprensa em todo o Brasil), após uma matéria intitulada “Os Paus-de-Arara, uma Tragédia Brasileira”, na qual viajou num caminhão pau de arara do Rio de Janeiro até

Pernambuco, e de Pernambuco ao Rio de Janeiro com 102 trabalhadores em busca de emprego na construção civil, e que fugiam da seca do Nordeste. Nessa viagem, Mário de Moraes contraiu tifo, permanecendo doente por três meses. (A REVISTA NO BRASIL, 2000, p. 50).

O Cruzeiro teve, de fato, enorme relevância no jornalismo brasileiro. Tanto que, a partir de 1930, o jornalismo de revista ficou marcado por nova postura. Na busca pela informação, o jornalista, ao invés da redação, passou a ir às ruas, a fim de descobrir novas matérias, de esportes, política, modos de vida, entre outras temáticas, para mostrar a realidade brasileira de um ponto de vista mais próximo do leitor. (A REVISTA NO BRASIL, 2000, p. 22).

O jornalismo contemporâneo é reflexo dessa mudança ocorrida a partir de 1930. O que representava, na ocasião, uma quebra de paradigma, hoje é o exercício puro e simples do fazer jornalístico. Não são os fatos que “vêm” ao jornalista, e sim o contrário: o jornalista “vai” até eles. Isto ocorre pela própria agilidade com que as informações são divulgadas a todo instante, o que torna obrigatório ao jornalista “correr” atrás destas informações, a fim de manter-se sempre atualizado. No caso da revista, que aborda determinados assuntos de forma mais especializada, aprofundando-se, muitas vezes por bastante tempo, em grandes reportagens, para mostrar todos os lados possíveis de um mesmo fato ou de uma mesma história, isto se amplifica. (CALTABIANO, 2011, p. 25-29).

A partir da década de 1960, com a aceleração do processo de comunicação no país, pequenas revistas deixaram de existir e surgiram grandes conglomerados de editoras de comunicação, contribuindo, assim, para o fechamento da revista *O Cruzeiro*, em 1975. (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 31).

Revistas como *Manchete*, *Realidade* (lançada em 1966) e *Veja* (lançada em 1968) focam a cobertura política e cotidiana do Brasil, consolidando o formato “mais moderno” e valorizando páginas amplas, entrevistas e muitas fotografias orientadas para um conteúdo de grandes reportagens históricas e investigativas, análises mais contundentes da sociedade brasileira. (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 31).

As décadas seguintes marcaram a aparição dos mais diversos tipos de revistas, e para todos os públicos. Hoje, há publicações sobre moda, esportes, política, saúde,

relacionamentos, cultura e os mais variados temas possíveis. As revistas tornaram-se em número muito maior do que os jornais, até por disporem de mais tempo e poderem aprofundar suas matérias. Em geral, o jornal diário foca na informação básica, com, no máximo, algum complemento importante. A revista faz dessa mesma informação uma análise detalhada que pode gerar reportagens especiais, principalmente devido à sua periodicidade, seja semanal, mensal ou, até mesmo, semestral. (CALTABIANO, 2011, p. 25-29).

No capítulo atual fez-se presente a explanação do início da revista no Brasil e no mundo, que representa uma variedade editorial. Seguindo o pressuposto de aproximação do objeto analisado, o próximo item pretende analisar a segmentação de conteúdo no meio revista: A mistura de jornalismo e entretenimento.

3.2 SEGMENTAÇÃO DE CONTEÚDO – REVISTA

Em certos aspectos, a revista mistura jornalismo e entretenimento, se considerar-se que a mesma é um veículo de comunicação, um produto a ser vendido, um negócio, um objeto, uma marca, um conjunto de serviços. “O editor espanhol Juan Caño define revista como uma história de amor com o leitor” (SCALZO, 2003 p. 12). Toda relação é feita de confiança, credibilidade, idealizações, erros, elogios, brigas, expectativa. Assim, também funciona como um produto de mercado que cria vínculo com o leitor.

A revista, por sua natureza, tem contato implícito com o leitor, mais ou menos nos seguintes termos: “Prometa que se você ler esta revista, edição após edição, encontrará à sua disposição o que é importante para você e do seu interesse”. [...] Além da linha editorial e dos recursos financeiros, são o *deadline* e os recursos humanos disponíveis – com quantos repórteres, editores, fotógrafos e editores de arte a publicação pode contar – que definem o planejamento das pautas a serem cobertas. (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 51).

A periodicidade também pode vir a determinar o conteúdo. Diferentemente das revistas semanais, as revistas mensais exigem um cuidado maior na sua elaboração, tais como um título de capa chamativo, fotografias de alta qualidade e, principalmente, exclusivas, além de matérias relevantes. São elementos de produção de editorias que acabam sendo percebidos pelo leitor a qualidade do papel, impressão, uso da cor, escolha da fonte, estilo das imagens, ilustrações, infográficos, tipografia, *layout*, elementos gráficos e organização do texto. A

identidade visual é extremamente importante, pois estabelece a ligação entre a revista e o leitor. A revista, em geral, precisa ser “a cara” de quem lê, um público muitas vezes segmentado, diferente de outros veículos jornalísticos. (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 51- 53).

As revistas de informação têm um grande impacto na sociedade, o que as obriga a fazerem uma análise profunda do assunto a ser tratado. No jornalismo de revista, existe um tempo maior para levantamento das informações. Boa parte destes periódicos são semanais, quinzenal e mensal. Com um prazo maior para elaboração de uma reportagem, diferente dos demais meios de comunicação, há uma exigência de que as reportagens sejam melhor elaboradas. É o encontro entre o editor e o leitor. Quem não tem dó de jogar revistas fora? Quem nunca guardou uma reportagem? Quem nunca pensou em colecionar uma capa de revista? Revistas são objetos queridos por seus leitores. As pessoas usam como objeto de referência por serem fáceis de carregar, recortar, copiar, opiniões, pesquisa de escola e explicações. (SCALZO, 2003. p.12).

A revista impressa diz de um casamento histórico entre um suporte e um fazer informativo de grande elaboração e, mais que isso, corresponde a um meio de comunicação cuja relação com a sociedade contribui para a definição [...] falar de revista, assim, solicita um reconhecimento acerca de um patrimônio de práticas, técnicas e discursos, bem como da maturação de um tipo de jornalismo que emerge de um conjunto peculiar de condições de produção. (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 28).

É quase um “apego” ou proximidade emocional. Não é à toa que os leitores gostam de andar abraçados a suas revistas. Quem quer informações com profundidade busca em revistas, jornais e livros. O escritor colombiano Gabriel García Marquez (SCALZO, 2003 p. 13) é autor de uma frase que dá sentido às revistas: “A melhor notícia não é aquela que se dá primeiro, mas a que se dá melhor”. Isto ocorre por conta de sua periodicidade semanal, quinzenal e mensal – com o papel de cobrir funções culturais mais complexas. É entretenimento, opinião, crítica, concentração e reflexão. (SCALZO, 2003, p. 13).

Das revistas femininas à influência da publicidade nos hábitos e costumes dos brasileiros, passando por personalidades que lideraram, no mundo empresarial ou jornalístico, as transformações no mercado de revistas. Tudo tendo como pano de fundo o papel que elas desempenharam na formação da sociedade brasileira. (A REVISTA NO BRASIL, 2000, p. 14).

Segundo Marília Scalzo (2003), as revistas representam papel importante na sociedade: auxiliam na educação, servem como uma maneira de distração e são também fonte de informação, uma vez que aprofundam os assuntos. E ainda são utilizadas por muitas pessoas como materiais de coleção. Entretanto, os jornais diários se aproximam das revistas aos domingos, pelo volume de conteúdos publicados.

De maneira mais específica, há três tipos de revistas, conforme lembra Vilas Boas (1996): as de informação geral, especializadas e ilustradas. Toda revista, porém, pode ser considerada especializada, haja vista que tem o seu público determinado, seja pela temática, seja pela própria segmentação dos leitores. (VILAS BOAS, 1996, p. 71)

O jornalismo de revista, mesmo possuindo seu forte lado opinativo, traz também muito de interpretação. Interpretar consiste, para Vilas Boas (1996), de algo que é mais próximo dos jornais diários: informar sem opinar. Porém não deixam de serem conceitos próximos. De modo geral, é um tipo de jornalismo bastante amplo, e de alta relevância para a sociedade.

A revista precisa cativar o leitor, e, para chamar sua atenção nesse meio, usa táticas de matérias inusitadas para prender a atenção. Para construção de boas matérias, é preciso que o jornalista seja observador. Isto porque ele é considerado essencial na construção da realidade. Todos sabem que as notícias surgem de acontecimentos ao redor do mundo. Cabe aos jornalistas mostrarem o fato a partir de um determinado ponto de vista. (VILAS BOAS, 1996, p. 9).

As revistas exigem de seus profissionais textos elegantes e sedutores. Considerados os valores ideológicos do veículo, não há regras muito rígidas. Há, isto sim, uma conciliação entre as técnicas jornalística e literária. Não fazem exatamente literatura, porque jornalismo não se expressa por supra-realidades. [...] O estilo magazine, por sua vez, também guarda suas especificidades, na medida em que pratica o jornalismo de maior profundidade. (VILAS BOAS, 1996, p. 9).

As publicações devem despertar interesse, atenção, buscar notícias exclusivas, explorar novos ângulos e, de acordo com o perfil do leitor, ajustar sua linguagem. “Nos textos, são aceitáveis coloquialismo e gírias. Em contrapartida, boa parte das revistas publica as principais notícias em destaques em noticiários, a fim de cativar leitores de outros meios.” (VILAS BOAS, 1996, p. 22).

A revista precisa atrair o leitor logo à primeira vista. A capa é a chave, e precisa chamar a atenção. Um bom título vende uma reportagem ou edição. Um título ruim pode esconder um magnífico trabalho jornalístico. Mas a sintonia entre o produto idealizado com o seu público não basta para garantir o sucesso da edição. Caso contrário, as edições de uma revista teriam sempre a mesma vendagem. (VILAS BOAS, 1996, p. 9-10).

Neste tópico tratou-se da segmentação de conteúdo. O próximo capítulo abordará o modo de produção de discurso, informação, a representação social e o jornalismo entre o espetáculo e o sensacionalismo.

4 JORNALISMO: ENTRE O SENSACIONALISMO E O ESPETÁCULO

O sensacionalismo nos remete a um modo de produção de informação discursivo, tem critérios de intensificação, exagero gráfico, linguístico, temático e semântico. Segue um paradoxo de valores e elementos desproporcionais na contextualização da representação do social. Seguindo esses parâmetros, uma abordagem sensacional de um fato jornalístico, que ao serem colocados em pauta, não requer tal tratamento. (ANGRIMANI, 1995, p.14).

Para Angrimani (1995), o sensacionalismo é inserido para criar, opiniões, sentimentos, emoções e subjetividade que são características da prática jornalística e principalmente para chamar a atenção do leitor. Destarte, o sensacionalismo continua usualmente sendo usado no jornalismo de forma disfarçadamente encoberto pela objetividade nos meios de comunicação.

Andrade (2008) afirma que o sensacionalismo não se restringe apenas aos jornais populares. Uma das principais revistas semanais, a revista Veja, é lida por uma média de 1,1 milhão de pessoas. Desse total, 800 mil leitores são assinantes de todas as classes sociais, principalmente pelas classes C e B. A linha editorial apresentada pela revista afirma ser “Imprensa de Referência”, para fugir do conceito de ser sensacionalista.

[...] Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria este tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que super dimensiona o fato. Em casos mais específicos, inexistente a relação com qualquer fato e a “notícia” é elaborada como mero exercício ficcional [...] Um noticiário sensacionalista tem credibilidade discutível [...] (ANGRIMANI, 1995, p. 16).

Todos os dias são levados em pauta os mais variados assuntos tratados pelos meios de comunicação. Uma série de temas que se tornam cotidiano em nossas vidas, da política à cultura, do esporte à economia, da corrupção ao sequestro. E a cada capítulo novas surpresas para atrair o leitor.

Para Debord (1997) a expressão “Sociedade do Espetáculo” pode render interpretações se não entender o poder que as imagens exercem na sociedade atual. O autor Debord, ao criar o conceito “Sociedade do Espetáculo”, define espetáculo como as relações sociais mediadas pelas imagens. Debord (1997) também deixa claro que é impossível separar as relações

sociais, relações de produção e consumo. Isso ocorre com a integração de imagem e consumo. O autor fala das relações interpessoais à política, manifestações religiosas, tudo que está ligado à interação de imagens. Porém, isso não quer dizer que, na forma de vida social, ocorre a produção de espetáculos. (DEBORD, 1997, p. 15).

O autor compara a produção das imagens com a dimensão visual da comunicação, que institui como instrumento de poder, de denominação social, em todas as sociedades onde há classes sociais, isto quer dizer, onde a desigualdade social está presente, pela divisão social de trabalho, principalmente a divisão entre trabalho manual e intelectual.

Pode-se citar como exemplo a sociedade Feudal, em que o poder estava exacerbado, da nobreza sobre os servos, veículo sobre a aparência de superioridade construída pelos nobres, mediante aos trajes, a construção de imóveis arquitetônicos imponentes e a organização das festas. O que intitula o capitalismo como sociedade de espetáculos.

O espetáculo é ao mesmo tempo parte da vida da sociedade, a própria sociedade constrói seu instrumento de unificação. Uma parte da sociedade, o espetáculo concentra o olhar iludido e falsa consciência. O espetáculo não é simplesmente um conjunto de imagens, é relação midiaticizada das pessoas por imagem. O espetáculo é simultaneamente a produção existente. Ele não é um complemento do mundo real. E não pode ser compreendido como um abuso do mundo da exibição massiva de imagens. (DEBORD, 1997, p. 20-21).

Barbosa e Rabaça (2001) definem como sensacionalismo:

Estilo jornalístico caracterizado por intencional exagero na importância de um acontecimento, na divulgação e exploração de uma matéria, de modo a emocionar ou escandalizar o público. O apelo ao sensacionalismo pode conter objetivos políticos (mobilizar a opinião pública para determinar atitudes ou pontos de vista) ou comerciais (aumentar a tiragem do jornal) [...]” (BARBOSA; RABAÇA, 2001, p. 666).

O sensacionalismo tem suas origens na França, entre 1560 e 1631, quando surgiram os “Nouvelles Ordinaires” (traduzido para o português como *Nova ordinária*, jornal Francês, criado em 17 de julho de 1663) e a “Gazette de France”. Eram parecidos com os jornais sensacionalistas atuais. Relatos e anúncios eram produzidos e exibidos diariamente em murais públicos, que serviam para espalhar os fatos à população não alfabetizada. (ANGRIMANI, 1995, p. 16).

[...] sensacionalismo é basicamente uma forma diferente de passar uma informação; uma opção; uma estratégia dos meios de comunicação. Mesmo um telejornal (ou rádio jornal) não-sensacionalista pode ter em alguns 20 momentos de sua produção momentos sensacionalistas [...] A apresentação deve ser chocante, exigindo o envolvimento emocional do público [...] (ANGRIMANI, 1995, p. 41).

É a forma de chamar atenção para as notícias. Esse método do Jornalismo vem sendo aplicado desde o século XVI, e foi usado sobre as classes sociais inferiores, classes que tinham menos interesse em obter informação. Isso fazia com que o público se sentisse mais interessado nos jornais.

Há, no propósito editorial sensacionalista uma descarga sádica, uma violência, um prazer na destruição, que provoca reações semelhantes no leitor [...] No papel de superego sádico, o jornal (também o rádio jornal e o telejornal) sensacionalista age como um educador, proibindo e castigando, mas também com propósitos mais cruéis: há humilhação, domínio, (controle sobre o objeto) e uma perspectiva de quem quer ferir, causar dor (ANGRIMANI, 1995, p. 78).

E, até hoje, o objetivo do sensacionalismo é aumentar, ou manter, a quantidade de telespectadores e leitores das publicações dos jornais, a partir desse ponto: aumentar o preço dos anúncios, a fim de elevar seus lucros. Essa atitude faz com que se perca o foco no jornalístico, o que leva, na maioria das vezes, as editoriais a se basearem em histórias sensacionalistas para aumentar o bolo com a publicidade. Além disso, os anunciantes têm preferências por seus produtos ou serviços, que devem sempre ser exibidos de forma positiva pela mídia de massa. (AMARAL, 2006, p. 21).

O sensacionalismo tem servido para caracterizar inúmeras estratégias da mídia em geral, como super posição do interesse público; a exploração do interesse humano; a simplificação; a deformação; a banalização da violência, da sexualidade e do consumo; a ridicularização das pessoas humildes; o mau gosto; a ocultação de fatos políticos relevantes; a fragmentação e descontextualização do fato; o denunciamento; os julgamentos e a invasão de privacidade de tanto de pessoas pobres e como de celebridades, entre tantas outras. (AMARAL, 2006, p. 21).

Segundo Angrimani (1995), devido à oferta de procura pelo leitor em conteúdo sensacionalista, a mídia expõe vertentes, sem analisar o impacto cultural oferecido a quem consome, apresentando a realidade distorcida dos fatos.

A globalização ligou a comunidade mundial, principalmente no aspecto tecnológico. Não temos mais tempo para satisfazer nossas curiosidades pelo “boca a boca”. Muitas pessoas têm como fonte de lazer a televisão ou o rádio. Existem também os que passam o dia navegando na internet. O desejo de saber o que está acontecendo evolui. Não queremos apenas saber o que se passa ao nosso redor, queremos saber o que está acontecendo no mundo e entender de tudo um pouco. Com isso, dependemos das empresas de comunicação, televisões, rádios, jornais, revistas, internet, para nos informar. Essa dependência nos leva à submissão e a passividade cometidas pela mídia. (AMARAL, 2003, p. 134).

A mídia é vista pela população, de maneira geral, como o Quarto Poder. Agora, ameaça tornar-se o maior de todos os poderes. Sua força assusta o executivo, impulsiona o legislativo e move o judiciário. Entretanto, a mídia não tem poder algum se não houver audiência, se não houver leitores. Podemos afirmar que a repercussão é importante sim, pois um anunciante não iria pagar milhões para um veículo que não conseguisse mostrar seu produto para milhares de consumidores. Muito se interessam em saber os fatos triviais da vida alheia ou até mesmo os mais corriqueiros da vida de pessoas que nem conhecemos, talvez por representarem um mundo muito diferente do nosso, de fantasias, facilidades e sonhos, completamente diferentes da realidade na qual estamos inseridos. Queremos saber dos fatos antes dos demais, para podermos chegar na roda de conversa entre amigos e contar algo que ainda eles não sabem, o chamado furo jornalístico. E nessa tentativa de atender os nossos desejos é que a mídia entra. A ação midiática não é apenas impulsionada pelo nosso desejo de saber, é na verdade oportunismo. A partir dessa ação midiática, os veículos de comunicação nos aprisionam, manipulam e nos transformam em massa. (AMARAL, 2003, p. 135).

Ciro Marcondes Filho (1988) aponta que a ideologia do veículo de comunicação, talvez, explique porque os conteúdos são produzidos como espetáculos: “Por seu caráter festivo, esses fatos, sem quaisquer vínculos com a realidade imediata do leitor [...] todas as ‘informações paralelas’ neutralizam as notícias” (MARCONDES FILHO, 1988, p. 52).

Atuar no jornalismo é uma opção ideológica, ou seja, definir o que vai ao ar, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e de exclusão. Este processo é realizado segundo diversos critérios, que tornam o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade. Definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas. É sobre a notícia que se centra o interesse principal no jornalismo (MARCONDES FILHO, 1989, p. 12).

Na Roma Antiga, as *Actas Diurnas* (relatos e anúncios oficiais exibidos em murais públicos que espalhavam as notícias do Império Romano às populações não alfabetizadas), consideradas as primeiras mídias jornalísticas do mundo, já apresentavam traços sensacionalistas. Estes traços se verificavam nos grandes murais em que eram, diariamente, colocadas as informações, as quais cumpriam o seu objetivo de chamar a atenção das pessoas. Aquelas que sabiam ler repassavam o conteúdo às que não sabiam, e assim a mensagem era transmitida. (FACTO AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, 2013).

As discussões acerca do tema são sempre polêmicas, porque abordam questões éticas: afinal, é ético explorar a tragédia e se preocupar somente com audiência, enquanto há pessoas sofrendo por causa desta tragédia. É ético colocar interesses profissionais acima de humanos. É ético aproveitar-se de uma situação negativa para se promover: debate é intenso, e está longe de terminar.

Na Guerra do Golfo (primeira guerra transmitida ao vivo), no início dos anos 1990, por exemplo, a emissora americana CNN utilizou uma estratégia que, posteriormente, se tornaria bastante comum. O mais importante não era a guerra em si, a “coragem” dos soldados norte-americanos ou, até mesmo, a quantidade de “inimigos” mortos, diferentemente do ocorrido na cobertura da Guerra do Vietnã, nos anos 1960, onde se explorava muito mais as cenas de destruição e os horrores que o conflito causava às pessoas. O mais importante, na Guerra do Golfo, era mostrar ao mundo a excelência da tecnologia armamentista dos Estados Unidos, independentemente de quantos caíam nos campos de batalha ou se a população era a favor ou não da guerra, pois estes eram meros detalhes perto da fama que o país buscava como referência, também, na “arte” da guerra (ARBEX JR, 2002, p.30- 31). Mas, não apenas isto: a guerra foi, sob o ponto de vista governamental e midiático, excelente oportunidade para transformar os EUA em vítima e o Iraque em opressor (fama carregada por quase todos os países do Oriente Médio até hoje, do ponto de vista ocidental).

A Guerra do Golfo forneceu um magnífico e trágico exemplo de construção de uma metáfora interpretativa sobre um suposto “choque civilizatório” entre os Estados Unidos – portador dos valores cristãos, democráticos e pluralistas da civilização ocidental – e o Iraque – representante do Islã, uma religião intolerante, sustentada por fanáticos terroristas que ainda vivem no tempo dos camelos e obrigam suas mulheres a usar véu (ARBEX JR, 2002, p. 116).

À medida que, nestes casos, se apresenta, de um lado, o “Islã fanático e extremista”, e, do outro, o “país cristão e pacificador, que vai defender o mundo da opressão”, praticamente toda a visão ocidental tende a ser pró-americana, mesmo porque são países envoltos nesta cultura, e não na cultura oriental.

Arbex Junior (2002) relata que a prova de que a visão “americanizada” foi além dos Estados Unidos veio, justamente, em um jornal brasileiro. *O Estado do Paraná*, no dia 25 de dezembro de 1998 (não à toa em um dia de Natal), trouxe, em sua primeira página, duas fotos: a da esquerda dizia “mundo cristão”. A da direita, “mundo muçulmano”. Na foto da esquerda, se observava uma multidão festejando a data, na Praça de São Pedro, com muita alegria. Na da direita, a multidão já tinha o semblante bem diferente, mostrando um ar de sisudez e tocando o chão com a testa, o que representa, na cultura ocidental, humilhação e fanatismo.

As legendas ainda reforçavam o que se “dizia” nas fotos:

Foto 1: Na tradicional missa de Natal, rezada para milhares de fãs (sic) que se aglomeravam na praça São Pedro, o papa João Paulo II pediu que o mundo cristão se volte para a dolorosa situação no Oriente Médio e defenda os compromissos internacionais.

Foto 2: Duzentos mil muçulmanos rezaram em Jerusalém, na primeira sexta-feira do Ramadã. No dia de orações, repercutiu a mensagem do ativista Osama Bin Laden, que exortou os muçulmanos a matar americanos e britânicos por causa dos ataques ao Iraque. (ARBEX JR, 2002, p. 116 e 117).

Havia a ideia, ainda hoje bastante difundida, de que os árabes representariam uma ameaça para a sociedade, pois eram terroristas, odiosos e só pensavam em guerra. A força com que tal aspecto foi abordado na imprensa norte-americana e, a seguir, em outros países gerou mais do que a xenofobia aos povos do Oriente Médio. Serviu até mesmo para justificar ataques posteriores a esses países.

O exemplo citado, ao colocar os soldados e o governo americanos como verdadeiros mártires não só do seu país, mas de todo o mundo, e classificar o Oriente Médio como um

“barril de pólvora”, vilão de toda a história e inimigo da paz mundial, caracteriza-se, certamente, no que se pode entender por mídia sensacionalista ao extremo. Afinal, criou (ou fomentou) no planeta a visão completamente preconceituosa que se faz dessa região (mesmo que o contrário também ocorra). Desde então, no conceito ocidental, o muçulmano (ou, de modo mais geral, o próprio árabe) representa o que há de mais perigoso no mundo, como se andasse com bombas e pudesse, a qualquer momento, sair destruindo lugares e matando pessoas. O americano, por sua vez, seria o cidadão perfeito, que luta com justiça e coragem por sua pátria. Semelhante à Guerra Fria, onde o comunismo soviético representava ameaça, e a democracia norte-americana, a salvação. (FIORI, 2011).

Obviamente, há muito exagero nessas ideias. Tanto quando se fala em vingança contra o Ocidente, como quando é reforçado o perigo do terrorismo aos “cidadãos de bem”. Mas é nos dois lados, que reside o sensacionalismo. E a imprensa tenta aproveitá-lo como pode.

O atentado às torres gêmeas, em Nova York, EUA, no dia 11 de setembro de 2001 foi mais um exemplo de como a mídia pode trabalhar o lado “espetacular” dos fatos de maneira natural. E mais do que isso: conforme o autor José Arbex Jr., no prefácio de seu livro *Showrnlismo: a notícia como espetáculo* (2002, p. 12), a tragédia “atualizou, com força extraordinária, a necessidade de novas análises sobre o lugar político, econômico, social, cultural e psicossocial da mídia no mundo contemporâneo”.

11 de setembro de 2001: a humanidade presencia um dos maiores espetáculos de mídia já produzidos. Desnecessário, aqui, descrevê-lo novamente: a mera menção à data do atentado já o evoca, com força total, fato que, por si só, demonstra o êxito de seus arquitetos. Entre as milhares de cenas espetaculares que todos consumimos diariamente, aquelas do atentado foram singularizadas, gravadas a ferro e fogo na memória coletiva. (ARBEX JR., 2002, p. 1)

Outros exemplos desse tipo de ação no jornalismo não faltam. Por ser encarado quase como uma questão de sobrevivência nesse meio. Talvez porque a concorrência seja cada vez mais forte, e a necessidade de mostrar algo novo, surpreendente e diferenciado mova os meios de comunicação para o lado do sensacional. Talvez pelo simples fato de que as pessoas se identifiquem mais com a história e seus pormenores do que com a informação pura, simples e eficiente. (FIORI, 2011).

Nem tudo é sensacionalismo. Embora comumente o adjetivo “sensacionalista” seja empregado a muitos programas de televisão ou manchetes de jornais, não há como simplesmente ignorar as notícias só por mostrarem uma realidade diferente da que as pessoas gostariam. Mesmo assim, o jornalista, em seu dever ético, precisa ter cuidado ao mencionar os fatos, especialmente para evitar constrangimentos, polêmicas ou outras situações desagradáveis. (FIORI, 2011).

O sensacionalismo de hoje segue uma linha muito próxima do que se fazia antigamente: é composto de imagens fortes e chocantes, que causam grande impacto e apelo emotivo.

Daniel Pedroso (2012), afirma que, quando esses conteúdos geram no telespectador, ou leitor, uma sensação dúbia, no qual a repulsa está lado a lado com a curiosidade, não só a audiência aumenta consideravelmente (e a vendagem de jornais e revistas também), no caso da televisão, como as pessoas vão se interessando e admirando cada vez mais esse mundo de fantasia e aventura proporcionado pelo extraordinário. Trata-se de um método eficaz não somente para “prender” o público, mas também mantê-lo fielmente para os “próximos capítulos”, esperando o “final” da história, tal qual numa série, filme ou novela. O sensacional, mais do que informar, é uma estratégia de venda. (FACTO AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, 2013).

Há casos, e estes são mais extremos, em que um meio de comunicação pode até noticiar uma situação apenas pensando se esta vai render ou não uma boa história, não levando em consideração o dever jornalístico ou mesmo a relevância da informação e exatidão do fato.

Durante este capítulo foram apresentadas as discussões diante do jornalismo entre o espetáculo e o sensacionalismo. A partir de agora, será tratado o aspecto ético do jornalismo.

5 JORNALISMO E ÉTICA

Um dos grandes desafios do jornalista é saber o limite entre o que é ético e o que não é. Uma frase mal colocada, uma palavra que possa gerar interpretações distorcidas, até mesmo alguma imagem utilizada equivocadamente, tudo isto pode não só minar a credibilidade de um profissional, como também levar a fatos mais sérios, desde um processo por danos morais a eventuais sanções. (MELO, 1971 p. 19).

Há uma série de direitos e deveres que um comunicador possui, independentemente da mídia em que atua (televisão, rádio, internet, jornal, revista ou outra). Por esta razão, foi criado o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o qual já passou por várias modificações desde o seu início. (DEOLINDO, 2013, p. 4-5).

O código tem sua inspiração, não à toa, em um país democrático, justamente no momento em que o Brasil saía de uma ditadura de mais de duas décadas. Afinal, foi um congresso de imprensa em Chicago, Estados Unidos, em maio de 1893, o responsável por algumas das primeiras discussões acerca da relação ética profissional e liberdade de imprensa. Contando com jornalistas de todo o mundo, o encontro tratou de temas como a imprensa e a moral pública e a imprensa como defensora dos direitos humanos. (KARAM, 1997, p. 54).

Outros encontros foram, após esse, realizados em diversos países, a fim de aprofundar os assuntos pertinentes à atividade jornalística. Em 1896, quando os jornalistas austríacos assumiram um compromisso moral com sua atividade, em 1900, na Suécia, quando foram levantadas as primeiras discussões sobre o estabelecimento de um código formal para os jornalistas, em 1918, na França, quando (segundo alguns autores) foi criado o primeiro código, chamado Código de Ética do Sindicato dos Jornalistas Franceses, reformulado vinte anos depois. Historiadores da ética da comunicação indicam, no entanto, ter sido no estado do Kansas (EUA), em 1910, criado, formalmente, o primeiro código de ética jornalística. Hoje, mais de 70 países possuem o seu código de ética, conduta, honra ou deontológico para jornalistas. (KARAM, 1997, p. 54).

Quando temas como liberdade de expressão e ética jornalística são abordados, isto necessariamente envolve questões políticas. Exemplificando: um país onde o governo não pode ser criticado vê sua liberdade de expressão cerceada, o que também acaba influenciando na questão da ética profissional. A partir do momento em que um código regulamenta a

atividade jornalística, a liberdade do profissional entra em sintonia com a ética. (KOSOVSKY, 1995, p. 34).

A liberdade de expressão é, antes de mais nada, um direito político e o primeiro a ser abolido pelos governos totalitários que se querem proteger da vigilância dos cidadãos informados. Temos que preservá-la e protegê-la contra seus próprios eventuais abusos. O freio para os abusos é a valorização dos princípios éticos, fundados em valores universais consensualmente aceitos. Um desses valores e princípios é o respeito à cidadania. (KOSOVSKY, 1995, p. 34).

No caso do Brasil, a exemplo do que já se via em outras partes do mundo, houve uma série de eventos e reuniões para que se desse esta regulamentação. O primeiro congresso de jornalistas foi realizado no Rio de Janeiro, em 1908, tendo a ética jornalística como um dos temas principais. Mas o primeiro código deontológico só foi formalizado praticamente na metade do século, conforme o texto:

A ausência de normas éticas no jornalismo brasileiro preocupou seriamente os jornalistas reunidos, em 1949, primeiro em São Paulo, e, em setembro, na Bahia, nos seus II e III Congressos Nacional, quando redigiram, discutiram e aprovaram um código de ética, estabelecendo os deveres fundamentais do jornalismo, das empresas jornalísticas e dos jornalistas profissionais, cuja atividade deverá orientar-se “sob princípios que elevem e dignifiquem o homem.” Considerava indeclinável dever das empresas “coibir a publicação de estampas e fotografias que possam ferir o pudor público, a dignidade e o decoro de alguém” e julgava defeso ao jornalista “empregar termos cuja dubiedade possa produzir no ânimo do leitor impressão contrária àquela que normalmente deve surgir do fato noticiado ou comentado, especialmente se possa ferir o pudor público ou a dignidade e o decoro de alguém”. (DEOLINDO, 2013, p. 4).

O atual código de ética está na sua quarta versão. A primeira versão é de 1949, quando contou com aval da FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas), criada três anos antes. Vigorou até 1968. A segunda durou de 1968 a 1986. A terceira foi aprovada pelo Congresso de Jornalistas em 1985, no Rio de Janeiro, modificada em 1986, em São Paulo, e passou a vigorar no ano seguinte, sendo composta por 27 artigos. (KOSOVSKY, 1995, p. 34; DEOLINDO, 2013, p. 5).

A mais recente modificação data de agosto de 2007, quando jornalistas representantes de sindicatos e empresas de todo o Brasil reuniram-se em Vitória (ES), entre os dias 3 e 5, para votarem favoravelmente à mudança no texto, algo que já se trabalhava há três anos. O

novo código, composto por 19 artigos, dividindo-se em cinco capítulos, vigora desde 2008. (DEOLINDO, 2013, p. 5).

Códigos à parte, o trabalho sério no jornalismo envolve mais do que simplesmente informar. E é neste ponto que vai além da profissão, pois quando se lida com pessoas, e não números ou estatísticas, quando há um olhar mais humanamente apurado para as diferentes histórias de vida, quando se atenta para as individualidades, então o jornalismo deixa de ser meramente profissional e se torna mais social. (MÍDIA E VIOLÊNCIA, 2013).

Esse lado social é dever de todo jornalista tanto quanto o profissional. Mesmo porque o jornalismo está a serviço da sociedade. Por mais que boa parte das pessoas tenha certa desconfiança em alguns, ou mesmo em todos os, órgãos de imprensa, é esta mesma imprensa que pode representar, talvez, a única saída para resolver determinada situação, alertar para algum problema grave, incentivar cada um a lutar pelos seus ideais ou colaborar, seja de que modo for, para o bem coletivo. (MÍDIA E VIOLÊNCIA, 2013).

Em janeiro de 2014, o programa policial Cidade 190, da emissora TV Cidade (afiliada da Rede Record no Ceará), exibiu, no dia 7 de janeiro, uma reportagem de mais de 17 minutos com cenas de estupro de uma criança de nove anos. Entre as redes sociais e o site oficial da emissora, o vídeo obteve 30 mil visualizações. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2014).

O problema, porém, não para por aí. Mesmo com a retirada das cenas de sexo explícito, as demais imagens continuaram sendo exibidas livremente e geraram novas reportagens, levadas ao ar em outros programas. Indignada, a sociedade cearense foi à luta. Dois dias depois, mais de 30 entidades se reuniram no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA Ceará), visando ações de proteção à vítima e aos familiares e denúncia ao canal. As mobilizações se transformaram em um manifesto contra os programas policiais, realizado cerca de uma semana depois, no dia 15, com uma caminhada até a sede da emissora. O ato contou com cartazes como: “A nossa dor não é espetáculo”, “Criança não é mercadoria”, “Explorar imagem de menor é crime” e frases do tipo. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2014).

Programas policiais, em geral, são pautados por uma linha considerada sensacionalista. Assim sendo, entram em conflito com questões éticas, na questão do que deve ser ou não mostrado, ou até mesmo noticiado. O problema se torna mais grave considerando

que boa parte do público desses programas é composta por crianças e adolescentes. (NJAINÉ, 2005, p. 76).

A preocupação natural com a faixa etária mais jovem se justifica devido, especialmente, à formação do caráter. Excesso de conteúdos pesados e que mostrem uma realidade somente negativa, além de não trazerem nenhum benefício, podem gerar determinados medos ou traumas e afetar significativamente o desenvolvimento da pessoa. (NJAINÉ, 2005, p. 71 e 72).

No Brasil, a questão da violência, sobretudo os homicídios – a principal causa de morte na faixa etária dos 15 a 19 anos -, tem levado setores da sociedade a questionar o papel de instituições que, de alguma forma, são responsáveis direta ou indiretamente tanto pela proteção quanto pela transmissão de valores morais e éticos a crianças e adolescentes. Os meios de comunicação certamente estão entre elas, pois fazem parte do processo de socialização de meninos e meninas brasileiros e têm a importante função de levantar os temas que serão debatidos na sociedade. (NJAINÉ, 2005, p. 71).

É interessante notar o efeito que imagens consideradas chocantes produzem na cabeça do telespectador. E isto não está limitado a certos assuntos. Todas as vezes que a televisão mostra imagens de violência e os jornais repercutem, no dia seguinte, excessivamente essas imagens, cria-se um efeito de repulsa imediato nas pessoas. Porém, enquanto os jornalistas “lamentam” aquilo que eles mesmos fomentam - as discussões sobre esse assunto - muitas pessoas, por sua vez, sentem-se incomodadas, mas não param de ver as cenas de selvageria ali expostas. (MÍDIA E VIOLÊNCIA, 2013). “Is do que fomentador do comportamento violento, a mídia deve ser entendida como instrumento de controle social que contribui (ou não) para que o Estado assuma seu papel”. (NJAINÉ, 2005, p. 72).

A falta de preparo de jornalistas na abordagem do tema acaba sendo um problema. O assunto é tratado de maneira simplista, sem se considerar as causas e o contexto, por exemplo. A busca pelo chamado “furo de reportagem”, ao não levar em conta fatores importantes, prejudica a seriedade do trabalho jornalístico, o que intensifica as críticas à mídia. (NJAINÉ, 2005, p. 74).

Um fato ainda mais grave observado, por vezes, na “guerra” pela audiência é a mistura de realidade e ficção, que se torna um grande obstáculo à ética profissional e pode acarretar

em sérios problemas, seja com a justiça, seja com o próprio público. É algo que prejudica, no mínimo, a credibilidade do programa ou emissora envolvido. (NJAINÉ, 2005, p. 76).

A espetacularização e a banalização da violência caracterizam tais produções. Na guerra pela audiência, utiliza-se, cada vez mais, o recurso de misturar realidade e ficção. Um exemplo emblemático dessa distorção aconteceu em setembro de 2003. Na busca pelo primeiro lugar de audiência, um programa dominical de uma grande rede nacional veiculou uma entrevista com pretensos membros de uma facção criminosa da cidade de São Paulo, que ameaçavam publicamente diversas personalidades. A farsa foi desmentida pelos próprios advogados do grupo criminoso. Contudo, a emissora responsável pelo programa terminou recebendo uma multa irrisória, equivalente a apenas sete salários mínimos vigentes no país em 2004. (NJAINÉ, 2005, p. 76).

Os meios de comunicação influenciam comportamentos, criam tendências e podem, inclusive, interferir na vida política. Mas, antes de tudo, possuem sua função social. E, se esta não é cumprida, ou apresenta falhas, não está simplesmente entrando em conflito com a ética. Pode estar até mesmo prestando um desserviço à sociedade. (NJAINÉ, 2005, p. 73).

Diante do diálogo exposto do jornalismo e ética, o próximo capítulo abordará a metodologia utilizada no objeto em análise.

6 METODOLOGIA

O trabalho consistirá em analisar a cobertura do Caso Isabella Nardoni, ocorrida a partir do dia 29 de março de 2008. Serão analisadas as capas e matérias feitas na ocasião, a sintonia entre linguagem verbal (manchetes e textos) e não-verbal (fotos das capas e das matérias), a fim de inferir a forma como foi construído. A amostra das revistas refere-se ao período de 1º de abril de 2008 a 30 de junho de 2008, totalizando 7 exemplares. Esse período abrange os dias posteriores à queda de Isabella do sexto andar do Edifício London, em São Paulo. As suspeitas de que o apartamento da família Nardoni, teria sido arrombado por ladrões foram descartadas dias depois. Os indícios apontavam que Alexandre Alves Nardoni e Anna Carolina Trotta Peixoto Jatobá atiraram Isabella Nardoni, de cinco anos, pela janela do apartamento. Com o passar do tempo, as suspeitas de que o casal assassinou a menina e tentou esconder o crime aumentaram. Com as supostas provas apresentadas pela polícia, como a reconstituição do assassinato de Isabella, foi decretada a prisão preventiva do casal.

Há diversas situações em que, ao invés de tentarem entender e avaliar a questão de maneira lógica e coerente, os veículos de comunicação, na ânsia do ineditismo e na busca pelo topo da audiência a todo custo, apresentam sua maneira de pensar e, como formadores de opinião que são, trazem a realidade de determinado ponto de vista, sem necessariamente apresentar o outro lado envolvido na história.

Também é importante estabelecer de que modo a dicotomia razão/emoção se faz presente, e até que ponto isto é algo justificável, principalmente quando abordamos circunstâncias de violência, nas quais está em jogo, dentre outros fatores, a liberdade de uma pessoa.

Os primeiros conceitos de análise de enquadramento começaram a surgir no final da década de 1980 e início dos anos 1990. Robert Entman foi um dos primeiros pesquisadores voltados à aplicação conceitual da metodologia em pesquisas jornalísticas mundiais. Entman realizou um estudo sobre a cobertura da imprensa norte-americana em dois acidentes aéreos: a queda do avião coreano Korean AirLines (KAL), que transportava 269 passageiros, em 1º de setembro de 1983, derrubado por um míssil russo, e em 3 de julho de 1988, a queda do avião iraniano IRAN AIR, derrubado por norte-americanos com 290 passageiros. (REESE, 2001, p. 6- 7).

Segundo a linha de pesquisa de Entman, foi dado maior destaque ao ocorrido com o KAL do que com o IRAN AIR. Para Entman, o acidente com o avião coreano foi enquadrado como ação consciente do governo soviético, enquanto a tragédia com os iranianos não foi vista da mesma forma. (REESE, 2001, p. 6-7).

O enquadramento refere-se ao modo como os eventos são organizados e fazem sentido na comunicação. Permite-nos entender como os discursos são construídos, temas estruturados e significados (REESE, 2001, p. 7).

Para Reese (2001, p. 11), o enquadramento é uma perspectiva de construção social de mídia e valores: “Princípios de organização que são socialmente divididos e que persistem ao longo do tempo, funcionando simbolicamente para estruturar os significados do mundo social” (REESE, 2001, p. 11).

Outro importante pesquisador, James Tankard, afirma que o enquadramento vem trazendo contribuições importantes às pesquisas em comunicação, pelo fato de dois paradigmas, “objetividade e subjetividade”, estarem presentes nas notícias e formas como são apresentadas. (TANKARD, 2001, p. 96).

Michael Maher afirma que há ao menos quatro áreas no processo de comunicação: o comunicador, o texto, o receptor, e a cultura. (MAHER, 2001, p. 89).

Para Park (2003), a mídia é uma moldura de uma janela pela qual a opinião pública entra em contato com a realidade. Se a angulação do conteúdo noticioso é construída a partir de um enquadramento, obviamente o jornalista opta em enquadrar o fato de uma determinada forma e não de outra, enquadrando, assim, uma parte da realidade.

As pessoas apenas enxergam o mundo através de uma moldura de uma janela. Se a moldura da janela é muito pequena, as pessoas já enxergarão uma pequena parte do mundo. Se a janela na parede é voltada para o oeste, as pessoas apenas enxergarão o oeste. Em outras palavras, a mídia pode mostrar apenas uma pequena parte do mundo a partir de um particular ponto de vista (PARK, 2003, p. 145).

Scheufele (1999, p. 103) afirma que “a mídia constrói a realidade social através dos enquadramentos de imagens da realidade”. O enquadramento é encontrado principalmente no

jornalismo que busca a reconstituição e reconstrução dos fatos. Para Todd Gitlin (1980), o enquadramento da mídia é essencial na construção da realidade.

Enquadramentos midiáticos são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual. (GITLIN, 1980, p. 6-7).

Para o pesquisador Robert Entman, a definição nos enquadramentos das notícias jornalísticas é essencial.

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito. (ENTMAN, 1993, p. 52).

Reforça Koenig (2004): “em um nível muito simplista, enquadramentos estruturam quais partes da realidade se tornam notícia”. Os enquadramentos possibilitam melhor compreensão dos fatos. O estudo resgata o conceito histórico de enquadramento no início de sua definição, as diferentes aplicações do conceito de enquadramento. Brasileiros, inclusive, utilizam o conceito de *framing*. A obra *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience* do sociólogo norte-americano Erving Goffman deu origem ao conceito de enquadramento *Framing*, que é a maneira como se aplica o enquadramento na matéria. Goffman foi quem desenvolveu a primeira teoria do *Framing*, aplicando-a à análise de interações sociais.

Com base na construção da teoria e em estudos de comunicação, Goffman salienta:

Eu assumo que definições de uma situação são construídas de acordo com os princípios de organização que governam os eventos [...] e o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadrar é a palavra que eu uso para me referir a esses elementos básicos como eu sou capaz de identificar (GOFFMAN, 1974, p. 10)

De acordo com a literatura de Goffman, Porto (2002) reitera que “tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com os enquadramentos que nos permitem responder à

pergunta: O que está ocorrendo aqui?”. Em seu estudo, Todd Gitlin (1980) apresenta seu conceito de enquadramento.

Enquadramentos são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que é importante. [...] [Enquadramentos midiáticos são] padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual. (GITLIN, 1980, p. 6-7).

Robert Entman, anos mais tarde, foi responsável pelo conceito da Teoria Hegemônica midiática, que definiu enquadramento como:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito. (ENTMAN, 1993, p. 52)

Enquadramentos, segundo Porto (apud ROTHBERG, 2007, p. 3), são como “marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais”. O enquadramento é construído através de seleção, exclusão, informações e aspectos de um fato, para a construção de perspectivas dos acontecimentos a serem levados a público.

Kishi (2012, p. 50) salienta que “Para a comunicação, o estudo do enquadramento é importante, pois [...] pode assumir uma característica tendenciosa na matéria”. Ao analisar, é importante considerar como a matéria é construída e como as informações são aprofundadas.

[...] Ao considerar que o sujeito que realiza a construção noticiosa (e de reportagem) faz parte de uma sociedade e, inerentemente a isso, traz consigo valores e traços culturais, algumas representações se tornam passíveis no decorrer de seu fazer jornalístico, ou seja, não se busca questionar a atuação do profissional enquanto tal, mas identificar elementos que, na constituição de seu trabalho, possam rever predominância por alguma ideologia ou obscurecimento de algumas ideias, além de fornecer elementos para avaliarmos ‘como’ a cultura e o meio podem influenciar a prática de um trabalho de diferentes maneiras, já que o enquadramento pode ocorrer propositalmente ou não.²² (MEASSI, 2009, p. 57).

Meassi (apud KISHI, 2012, p. 50) afirma que alguns valores podem estar enraizados na cultura, empresa, sociedade ou no indivíduo em que a abordagem se faz de maneira inconsciente.

Para Porto (2004), ao se iniciar uma pesquisa de enquadramento, se define um “passo a passo” para obter um bom resultado da análise. É preciso entender o conceito de enquadramento e suas distinções. O autor explica que existem duas definições: “o noticioso e o interpretativo”. O noticioso é a “angulação” da matéria, ou seja, a qual perspectiva foi direcionada, a seleção dos fatos, ênfase, pesquisa e a exclusão de informações existentes no material. (PORTO, 2004, p. 80).

O autor deixa claro que a notícia é um conjunto de todos os dados, importantes para o entendimento do conteúdo noticioso. Enquadramento interpretativo são opiniões inseridas no texto: “padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre as causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc.” (PORTO, 2004, p. 92).

Neste item apresentou-se o conceito de enquadramento e sua relação com o jornalismo e revista. A seguir, tratar-se-á do enquadramento específico para o corpus analisado.

7 ENQUADRAMENTO - “Veja”

O objeto em questão, é analisar como a revista *Veja* abordou o Caso Isabella Nardoni, ocorrido no dia 29 de março de 2008. Para isto, os capítulos anteriores trabalharam conceitos que embasassem o estudo, os primórdios do jornalismo no Brasil, o fazer jornalismo, o início da revista no Brasil e no mundo, segmentação de conteúdo – revista, jornalismo: entre o espetáculo e o sensacionalismo, jornalismo e ética e a metodologia, apresentados por BAHIA, 2009; DEBORD, 1997; MELLO E SOUZA, 1984; PORTO, 2004; SCALZO, 2003; TRAQUINA, 2005 e a análise de enquadramento, que avalia capas e matérias da revista, trabalhando a sintonia entre linguagem verbal (manchetes e textos) e não verbal (fotos das capas e das matérias), no intuito de abordar como foi construído o sentido em ambas a respeito do caso.

Tendo em vista o exposto, esta pesquisa concentra-se em compreender o enfoque dado a um mesmo assunto utilizando a metodologia da análise de enquadramento. Para tanto, busca-se avaliar os enquadramentos aplicados pelos jornalistas e pelas linhas editoriais utilizadas pela revista *Veja* sobre o Caso Isabella.

O objeto de análise não é o assassinato em si, mas as representações deste episódio nas diferentes publicações, ao casal Anna Carolina Jatobá e Alexandre Nardoni antes mesmo destes irem a julgamento. A forma como a mídia, especificamente nas capas da revista *Veja*, emite opiniões em situações como essa é um dos possíveis questionamentos a se fazer. Também é importante estabelecer de que modo a dicotomia razão/emoção apresenta-se nesse contexto, e até que ponto isso é algo justificável, principalmente quando abordam-se circunstâncias tão sérias, nas quais está em jogo, dentre outros fatores, a liberdade de uma pessoa. Embora essa postura por parte da revista não tenha sido exclusiva, o fato de enfatizarem algo incerto como verdade inquestionável chama a atenção. E, a partir do objeto em questão, a fazer tais questionamentos, vem à tona o debate entre o que é e o que não é ético, talvez a principal questão envolvendo o exercício jornalístico até os dias de hoje.

A escolha da revista *Veja* deve-se não só à maneira como conduziram o Caso Isabella durante esse tempo, mas muito pelo que representam no contexto do jornalismo nacional. E, sendo uma revista semanal, isto possibilitou que o tema Isabella Nardoni fosse

exaustivamente abordado e estivesse ainda mais em alta do que se fossem publicações mensais, por exemplo. Assim, houve uma natural facilidade em não deixar o assunto “esfriar”.

Apresentamos neste capítulo o enquadramento da revista Veja em relação ao caso. Tendo em vista o exposto, esta pesquisa concentra-se em compreender o enfoque dado a um mesmo assunto utilizando a metodologia da análise de enquadramento. A partir de agora, faremos uma breve explanação do histórico da revista Veja, criada pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta.

8 BREVE HISTÓRICO DA REVISTA VEJA

A *Revista Veja* foi criada pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta no contexto mundial da Guerra Fria, enquanto o Brasil vivia a Ditadura Militar. Sua primeira edição circulou em 11 de setembro de 1968, com 132 páginas e 700 mil exemplares. A manchete de capa trazia “O Grande Duelo no Mundo Comunista”, com imagens de uma foice e um martelo, além da cor vermelha ao fundo, como símbolo do comunismo soviético. (BAPTISTA; ABREU, Karen. 2003, p. 17- 18).

Vermelho é cor da revolução, o vermelho surgiu em 1871 com a Comuna de Paris. Tornou-se a cor dos comunistas e da esquerda”. (GUIMARÃES, 2004, p. 121). No editorial, localizado nas páginas 20 e 21, a frase de Civita que resumia o objetivo da nova revista: “*VEJA quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros*”.

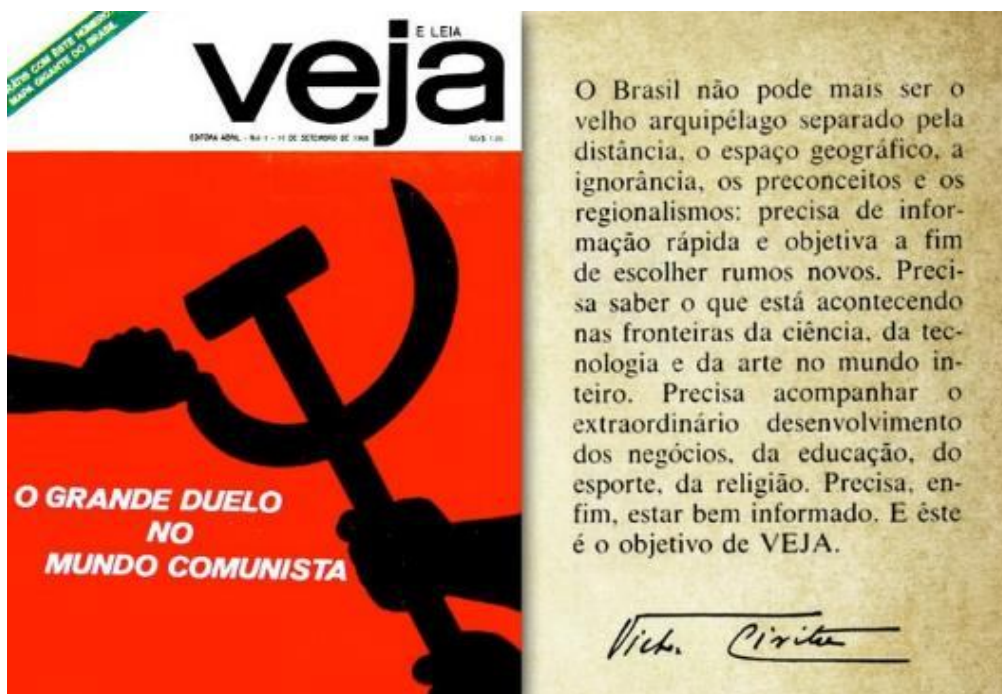


Figura 1 – Primeira edição da Revista *Veja*, do dia 11/09/1968, com a capa e pequeno trecho da Carta do Editor, assinada por Victor Civita

Com a expectativa de venda de pelo menos 500 mil exemplares por edição, *Veja* se mostrou um fracasso inicialmente, em especial pelo fato de que os leitores não estavam acostumados ao caráter “severo” das publicações, marcadas por uma ousadia incomum e textos extensos. (GRUPO ABRIL, 2016).

Devido à ditadura, a revista sofreu forte censura em várias de suas reportagens, que, por vezes, apareciam incompletas ou sequer eram divulgadas. Com esses e outros problemas, a grande aposta da Editora Abril em um estilo diferenciado, o qual pretendia cativar o leitor e levá-lo a uma reflexão sobre os mais diversos assuntos, acabou não cumprindo seu papel esperado até junho de 1976. Foi nessa época, com o fim da censura, que *Veja* passou a se destacar definitivamente com suas matérias chamativas e marca inconfundível. (GRUPO ABRIL, 2016).

Ao longo dos anos seguintes, com a produção de algumas das principais reportagens da imprensa brasileira, especialmente sobre política, a revista, apesar das críticas por seus posicionamentos, tornou-se uma das principais não só do país, como do mundo. (GRUPO ABRIL, 2016).

Veja aborda temas do cotidiano, tais como política, cultura, economia, tecnologia, comportamento, entre outros, além de possuir seções de cinema, música, literatura e guias de diferentes assuntos. Os assinantes recebem a revista aos sábados, e as bancas, aos domingos, mas sempre com a data das quartas-feiras. (BAPTISTA; ABREU, 2003, p. 17-18).

Veja é uma revista de distribuição semanal da editora Abril. Segundo o Portal do Grupo Abril *Veja*, é a revista mais lida na América Latina, e quarta em todo o mundo, atrás apenas das revistas *Time*, *Newsweek* e *U.S. News & World Report*. Semanalmente, circulam cerca de 1.250.000 exemplares com paginação colorida e bem estruturada, responsável por atrair um público que se identifica com a realidade apresentada pelo periódico. Nesse sentido, entendemos que o meio revista é um produto de mercado. Portanto, a capa exerce o papel de vitrine das publicações, que recorrem a mecanismos publicitários até a sua elaboração final. (BAPTISTA; ABREU, 2003, p. 17 e 18).

Carrasco (1999) faz uma análise da transformação da morte nos textos culturais publicados nas revistas semanais de informação (*Veja* e *Isto É*). O autor trata da morte no jornalismo impresso pelo viés da semiótica com relação à representação. Depois de buscar em outras áreas como a Antropologia, a Sociologia e a Filosofia para traçar um panorama da morte desde as comunidades arcaicas às sociedades contemporâneas nas quais, apesar de ser um assunto velado, está estampada diariamente na mídia, Carrasco (1999) destaca o crescimento do sensacionalismo e a transposição da morte para o texto cultural, uma segunda

realidade, banaliza, nega ou denega a morte na primeira realidade através do texto verbal e visual, nas cores e capas. O autor observa que, no contemporâneo, não se fala em morte sem valorizar a vida, invertendo-se, assim, a polaridade do termo. Para ele, na segunda realidade o homem tenta vencer a morte promovendo sua espetacularização.

Para sua análise, Carrasco (1999, p. 66) busca subsídios na Semiótica da Cultura, segundo a qual todo código terciário é marcado por binariedade, polaridade e assimetria. Nele, vida e morte serão conceitos fundamentais que darão origem a outros pares binários, polares e assimétricos. Como se observam nas análises polaridade, binariedade e assimetria estão presentes nas edições de *Veja* analisadas, quer no enquadramento dos fatos em que se apresentam os binômios vida e morte, bem e mal (anjo e monstro), entre outros, quer nas construções discursivas do mesmo.

Apresentou-se durante os capítulos anteriores, aspectos importantes sobre os primórdios do jornalismo no Brasil e no mundo, a segmentação de conteúdo no meio revista, sensacionalismo e a ética no jornalismo. No próximo item, abordar-se-ão os enquadramentos apresentados pela revista sobre o caso.

9 ANÁLISES

9.1 Análise Revista “Veja” - Edição 2055 – 09 de Abril de 2008

A morte de Isabella de Oliveira Nardoni foi o tema principal da *Revista Veja* no dia 09 de abril de 2008, em sua edição 2055, apresentando, na capa, um fundo escuro, com um olho grande, cuja íris reflete o rosto de Isabella sorrindo. A capa está em tons escuros, em preto e grafite. Na edição impressa, é difícil o reconhecimento do olho em close-up. A capa tem como título “O MAL”. Essa manchete “encontra” os culpados para um caso que ainda não havia experimentado seu desfecho. *Veja* não dedicou apenas a capa para abordar o tema “maldade”, mas seis páginas do miolo da revista, em clara referência ao Caso Isabella. Todos os títulos dedicados ao assunto acabam, dessa forma, generalizando a culpa a um acusado, no sentido de que neste caso havia apenas acusados, e não necessariamente culpados. Fica claro que a manifestação do acontecimento aparece relacionada às escolhas da *Veja*.



Figura 2 – Capa da edição 2055 da Veja, a primeira sobre o caso



Figura 2.1 – Capa da edição 2055 da Veja, íris reflete o rosto de Isabella sorrindo



Figura 2.3 – Isabella Nardoni e McCann

Veja abre o miolo da revista (página. 88) com a imagem de Isabella em formato de mosaico e em primeiro plano. Em segundo plano, a imagem da garota inglesa Madeleine McCann, de quatro anos, que desapareceu em Portugal no mês de maio de 2007. Isabella aparece sorrindo. Logo abaixo, imagens de várias crianças mortas. O que se entende é que a revista quis comparar o Caso Isabella Nardoni ao desaparecimento de Madeleine, para causar tal comoção na construção de sentidos do *ethos*, em alusão a agressões à infância.



Figura 2.4 – “Quando o Mal Triunfa”

Na página 89, a revista apresenta o título da reportagem: “QUANDO O MAL TRIUNFA”, com a fonte arial, na cor branca, e o fundo preto.



Figura 2.5 - Título da primeira reportagem da Revista *Veja* sobre o Caso Isabella

A palavra “QUANDO” remete a período. “MAL” refere-se a algo ruim. Nesta edição, *Veja*, falar sobre “O MAL”, torna o caso semelhante ao que houve com a menina Madeleine McCann.

Crianças assassinadas, abandonadas, torturadas
— as notícias que têm chocado o Brasil lembram
que o lado monstruoso do homem pode até ser
contido, mas jamais será definitivamente domado

Figura 2.6 - Subtítulo da reportagem da Revista *Veja* sobre crimes envolvendo crianças

Durante toda a reportagem, o foco dado pela revista é sobre crianças assassinadas, abandonadas e torturadas no Brasil. E que o mal é um dos grandes temas da arte e da literatura. Dados apresentam os números segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de crianças assassinadas, abandonadas e torturadas.



TERRA DE BANDIDOS

Torturada a mando de um namorado traficante, a jovem só não foi executada porque a arma do assassino falhou

to de hotel em Portugal, em maio de 2007, e nunca foi encontrada? Os grandes pensadores do cristianismo tentaram resolver esses dilemas. Santo Agostinho, por exemplo, dizia que, se bons e maus sofrem igualmente, é para que os primeiros possam provar sua virtude. Assim como o fogo “transforma a palha em cinza e faz brilhar o ouro”, o infernino purifica os virtuosos e destrói os perversos, diz Agostinho em *A Cidade de Deus*.

Na história do pensamento ocidental, foi o cristianismo que aprofundou a noção de mal. Os filósofos gregos não se dedicaram tanto ao tema. O estoicismo, escola de pensamento grega e latina que pregava a aceitação serena do mundo, praticamente recusava a noção. “A natureza do mal não existe no mundo, pois não se concebe um fim destruído a não se realizar”, dizia Epicteto, um dos mestres estoicos (talvez não seja por acaso que o imperador romano Marco Aurélio, outro clássico do estoicismo, mandava crucificar cristãos). A filosofia por muito tempo desconfiou da concepção de mal — seria um problema do domínio da teologia. Mas pensadores como Kant se esforçaram para dar uma dimensão laica ao mal. O mal é um conceito difícil, sem dúvida, mas hoje está bem estabelecido que se pode defini-lo sem recurso à fé: “O mal é toda ação voltada para eliminar as condições de uma existência racional”, diz o filósofo Denis Lerner Rosenfield, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, autor de *Retornos do Mal*. Nesse conceito cabem, por exemplo, da violência contra uma criança ao atentado de 11 de setembro — todas ações que atentam contra a racionalidade.

94 9 de abril, 2008 veja

za, os terremotos, esbôços, incêndios e outras catástrofes — coloca um problema para os religiosos: se Deus é bom, por que coisas más acontecem até mesmo aos justos? Que sentido pode ter, por exemplo, o drama de Madeleine McCann, a menina inglesa que sumiu de seu quarto

O mal também é um grande tema da arte e da literatura, que testa os limites da racionalidade social por meio da ficção. Basta pensar na galeria de vilões de Shakespeare e em particular no insidioso Iago, de *Otelo*, que parece exercer sua maldade apenas pelo prazer de ser ruim. Já se notou que o inferno de Dante é mais interessante do que seu paraíso, e que o grande personagem de *Paraíso Perdido*, de Milton, é Satanás, e não Deus. Thomas De Quincey, escritor inglês da virada do século XVIII para o XIX, observa que a experiência estética coloca nossa moral em suspensão. Ele lembra o momento de Macbeth, de Shakespeare, em que o personagem-título acaba de matar o rei Duncan — e então alguém bate nos portões do castelo. Por um momento, o espectador se angustia com a possibilidade de Macbeth ser flagrado em seu crime. Shakespeare nos faz torcer pelo monstro e, com a maestria do gênio, revela o monstro que habita em cada um de nós e que precisa ser sempre vigiado.

As pessoas não torcem pelo monstro quando ele aparece no noticiário batendo em crianças com um martelo. Mas o fato de essas notícias produzirem tanto interesse atesta o fascínio do mal. Esses casos tenebrosos lembram que ele segue presente. A história ocidental conhece progressos. Práticas bárbaras que já foram tomadas como normais por sociedades antigas — o sacrifício humano, o canibalismo, o assassinato de bebês com defeitos físicos — hoje são inaceitáveis. Mas será ingênuo pensar que esse progresso possa domar a besta humana. “A razão não explica tudo. Há uma dimensão monstruosa no ser humano que parece não fazer sentido. E é preciso respeitá-la”, diz o filósofo e teólogo Luiz Felipe Pondé. Respeito, nesse caso, não se confunde com amor: é a distância que se guarda em relação àquilo que pode nos assustar. ■

SEM EXPLICAÇÃO

Madeleine McCann, de 4 anos, desapareceu de um hotel em Portugal em 2007 e ainda não foi reencontrada

Figura 2.7— trata do mal

A página 94 trata do mal, apresentando duas imagens: a primeira é de uma jovem que foi torturada pelo namorado. A segunda é de Madeleine McCann.



Figura 2.8 – Imagens de jovem agredida e da menina inglesa Madeleine McCann

O choque da morte da criança, ainda recente, impedia a construção de intriga pela ordem causal. A designação (menina, pai e madrasta) apresenta imagens e nome próprio, fazendo jus à manifestação do enunciado.

O assunto, no miolo da revista, especifica o Caso Isabella, que ocupa apenas duas páginas. O título aparece em caixa alta e negrito: “O ANJO E O MONSTRO” (página- 96), com a falta de informações da morte de Isabella. Observa-se que aqui a oposição que os semioticistas da cultura destacam estar presentes nos textos culturais, conforme mencionado por Carrasco (1999). A efervescência do caso “obrigava” a ênfase na maldade como resposta para aquilo que não tem sentido ou explicação.

O ANJO E O MONSTRO

A polícia procura assassino de Isabella e pode ouvir o irmão mais novo, que estava no apartamento de onde a menina caiu

OS SUSPEITOS
Anna Carolina Junho e Alexandre Nardoni, mãe morta e pai de Isabella, no momento da prisão. Em carta divulgada pouco antes, ele disse ter prometido João ao pai de Isabella que não vai se casar novamente

Juliano Lins Barros

9 de abril, 2005 veja

9 de abril, 2005 97

Figura 2.9 – Reportagem da edição 2055, que traz Isabella como anjo e o Casal Nardoni como monstro

Logo acima da manchete, a revista apresenta uma fotografia de Isabella com olhar doce e alegre. Para dar sentido à palavra “ANJO”, traz referências à pureza e à inocência, e está implicitamente ligada à menina. A designação da imagem deixa claro o sentido do contexto. A imagem não traz nenhuma informação jornalística. Isabella aparece sentada sobre o parapeito da varanda, com as pernas dobradas e as mãos entrelaçadas, sorriso inocente e um cenário paradisíaco ao fundo, reforçando a ideia de uma infância cruelmente interrompida.



Figura 3.0 – Isabella Nardoni sorrindo na varanda do apartamento

Ao lado, aparecem duas outras imagens, que dão sentido à palavra “MONSTRO”. Ao centro, Anna Carolina Jatobá com as mãos algemadas. E, à direita da página, Alexandre Nardoni, também com as mãos algemadas, de preto, e, em primeiro plano, um policial de costas para a fotografia, com a palavra “POLÍCIA” em destaque, como indicativo de justiça sendo feita. O texto que aborda o caso está todo em Times New Roman, com uma nota em negrito e caixa alta, logo abaixo das imagens, com o título “OS SUSPEITOS”. A nota cita o nome de Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá no momento da prisão, embora apresentados como, apenas, suspeitos da morte da menina, já que a revista não apresenta provas concretas. Conforme a nota: “OS SUSPEITOS - Anna Carolina Trotta Peixoto Jatobá e Alexandre Alves Nardoni, madrasta e pai de Isabella, no momento da prisão. Em carta divulgada pouco antes, ele disse ter prometido junto ao caixão da filha que não vai sossegar enquanto não ‘encontrar o monstro’ que a matou”. A palavra “monstro” está ligada à fala do pai e ao título da reportagem definindo o casal. Fica claro o posicionamento da revista em relação ao assassinato da menina. *Veja* constrói o sentido da narrativa o tempo inteiro como se não houvesse dúvidas de que eles são os assassinos de Isabella.



Figura 3.1– Anna Carolina Jatobá e Alexandre Nardoni sendo levados pela polícia

Ao fim do primeiro parágrafo, há duas imagens aparecendo lado a lado. Na primeira, Alexandre Nardoni, agarrado por policiais, vira o pescoço e olha diretamente para a câmera, aparentemente abatido, como se quisesse dizer algo. Em primeiro plano, um lembrete do que aquilo significava: a palavra “POLÍCIA” no uniforme de um policial serve como resposta ao desejo de que os verdadeiros culpados sejam presos. A segunda imagem mostra o rosto de Anna Carolina Jatobá, também cercada de policiais, lateralmente, ou seja, incompleto. Mesmo assim, é possível perceber que ela demonstra a mesma feição triste de Alexandre.

9.2 Análise Revista “Veja” - edição 2056 - 16 de Abril de 2008

A edição 2056 da *Revista Veja* apresenta o título “ISABELLA CONTINUA A MORRER”. O miolo da revista (páginas 94 e 95) é composto por duas páginas de destaque ao caso. Isabella aparece no canto esquerdo, sorrindo, com olhar de inocência, e, em segundo plano, o subtítulo em formato de recorte: “ISABELLA CONTINUA A MORRER”, com fundo preto. E o título, a palavra “CRIME”, em vermelho.



Figura 3.2 – Isabella Nardoni na praia e a Madrasta e o Pai no supermercado

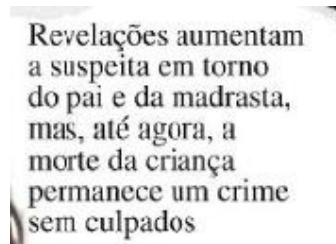


Figura 3.3 – Isabella Nardoni na praia

Logo no subtítulo da reportagem (Figuras 3.2, 3.4 e 3.5), a revista diz que “Revelações aumentam a suspeita em torno do pai e da madrasta, mas, até agora, a morte da criança permanece um crime sem culpados”.

A revista aponta indícios de que o casal é o suposto assassino da menina, mas ainda não o acusa diretamente. Porém afirma que “Duas semanas depois de a menina Isabella Nardoni, de 5 anos, ter sido atirada da janela de um apartamento em São Paulo, seu assassino continua desconhecido e impune”. Em negrito, ao final da reportagem, aparece a seguinte legenda: “A menina Isabella: tentaram apagar as marcas de sangue no apartamento”.

Isabella aparece sobre um fundo branco. O branco simboliza paz, pureza e limpeza, e é também conhecido como cor-luz. A revista usa a cor branca para simbolizar que a garota tem um plano melhor à sua espera.

A imagem mostra um subtítulo de uma reportagem em um formato de caixa de texto. O texto é: "Revelações aumentam a suspeita em torno do pai e da madrasta, mas, até agora, a morte da criança permanece um crime sem culpados".

Revelações aumentam a suspeita em torno do pai e da madrasta, mas, até agora, a morte da criança permanece um crime sem culpados

Figura 3.4 – Subtítulo



Figura 3.5 – Isabella Nardoni na praia (ângulo aberto)

CONTINUA A MORRER



O vídeo em que Anna Carolina (ao lado, sendo solta) aparece com as roupas que, segundo a polícia, tentou esconder

removidos. A presença anterior das marcas pôde ser constatada por meio da aplicação de produtos químicos.

■ Segundo o rastreamento das ligações telefônicas feitas por Anna Carolina e Alexandre logo depois do crime, eles não telefonaram para a polícia nem para o resgate. Quem acionou o socorro foi um vizinho, alertado pelo porteiro sobre a queda da criança. Ainda de acordo com os policiais, Alexandre e Anna Carolina só desceram para acudir Isabella depois de telefonar para seus pais.

■ Em um vídeo gravado por câmeras de um supermercado, que mostra que a família fez compras horas antes da morte da menina, Anna Carolina aparece com uma blusa preta e calça jeans. A polícia detectou a presença de sangue nessas roupas e afirma que ela tentou esconder as peças na cela em que ficou presa. As roupas foram recupera-



das por uma delegada que investiga o caso e que esteve com Anna Carolina um dia antes de sua libertação.

■ Duas pessoas procuraram a polícia para afirmar que ouviram a irmã de Alexandre, Cristiane Nardoni, 20 anos, comentar com uma amiga algo que comprometeria o irmão. As testemunhas — o dono e o gerente de um bar onde Cristiane estava na noite do assassinato — teriam dito à polícia que ouviram a jovem atender o celular e, em seguida, dizer à amiga: “Meu irmão fez uma besteira”. Em entrevistas, Cristiane confirmou que recebeu uma ligação

do pai, avisando-a de que “algo havia acontecido” a Isabella, mas negou que tivesse dito qualquer coisa que comprometesse o irmão.

Anna Carolina e Alexandre permaneceram presos durante oito dias, com base em um pedido da Polícia Civil e do Ministério Público. O argumento era que, uma vez solto, o casal retornaria ao apartamento em que o crime ocorreu. Com isso, poderia prejudicar o acesso dos peritos ao local e entrar em contato com testemunhas, o que dificultaria o andamento do inquérito. A soltura dos dois se deu porque a Justiça entendeu que não havia provas de que eles tinham a intenção de comprometer a apuração dos fatos. Na sexta-feira, logo depois que Alexandre e Anna Carolina foram libertados, o promotor Francisco Cembranelli, que acompanha as investigações, deu nova declaração sugerindo o envolvimento do casal na morte de Isabella. O promotor afirmou que “informações preliminares dos laudos do Instituto de Criminalística permitem vincular Alexandre e Anna Carolina às agressões sofridas pela menina antes de ser jogada do 6º andar”. Disse ainda que os laudos “também permitem vincular pai e madrasta ao que ocorreu na cena do crime”. Cembranelli já havia afirmado no início das investigações que as declarações dadas por Alexandre e Anna Carolina à polícia eram “fantasiosas”. Criticado, voltou atrás dias depois, dizendo que era necessário ter “cautela”.

Policiais que investigam o caso acreditam que, até terça-feira, o assassino, ou assassinos, de Isabella será conhecido. É nesse dia que a polícia espera receber os resultados de laudos periciais que considera fundamentais para a reconstituição do crime: o que confirma se o sangue encontrado no apartamento é mesmo da menina, o que identifica o proprietário da pegada encontrada próxima à janela de onde ela foi atirada e o que descobre as mãos do criminoso que a asfixiou. Até lá, a brutalidade que atingiu Isabella continuará ecoando em forma de dissimulação, mentira e covardia. ■

veja 16 de abril, 2008 95

Figura 3.6 – Reportagem da edição 2056 da *Veja*, que traz novas informações sobre o caso

Na página 95, *Veja* apresenta a sequência do título “CONTINUA A MORRER”. A página é composta por duas imagens. A primeira imagem é da câmera de segurança de um supermercado, na qual Isabella está dentro do carrinho de compras. A revista acentua a imagem para mostrar como é a rotina de uma família, fazendo a reconstrução do sentido de como aconteceu sua morte. Nesse mesmo momento, a matéria apresenta informações contundentes de que a polícia fez rastreamento das ligações telefônicas no dia da morte de Isabella.



Figura 3.7 – Vídeo que mostra Isabella, Alexandre e Anna Carolina no supermercado

A segunda imagem (página- 95 da revista) mostra Anna Carolina Jatobá sendo liberada pelos policiais. O detalhe da imagem produzida pela *Veja* é que Anna Carolina aparece, de perfil, com olhar fixo e abatido.



Figura 3.8 – Anna Carolina sendo solta

A matéria, composta por um fundo branco, tem como fonte Times New Roman. A revista ainda diz que terça-feira (22) é o prazo para saber quem são os assassinos, depois de um laudo feito pela polícia.

9.3 Análise Revista “Veja” - edição 2057 – 23 de Abril de 2008



Figura 4 – Capa da edição 2057 da Veja, que aponta o Casal Nardoni como culpado pela polícia

A capa da *Revista Veja* é praticamente toda ocupada por um só assunto: o casal Nardoni. De Alexandre se pode ver praticamente só os olhos, e de Anna Carolina aparece a

maior parte do rosto. Cobertos por um fundo preto, representando melancolia e tristeza, conforme sua própria expressão facial, os dois aparecem como culpados do assassinato de Isabella Nardoni. Se assim não são citados diretamente, pelo menos é o que dá a entender a capa, segundo a qual, na verdade, a certeza vem da polícia. Isto se expressa com a seguinte manchete: “Para a Polícia, não há mais dúvidas sobre o assassinato de Isabella: FORAM ELES”.



Figura 4.1 – Alexandre e Anna Carolina mostram descontentamento e preocupação



Figura 4.2 – edição 2057 da Veja, na coluna especial – “FRIOS E DISSIMULADOS”

O interessante nesta capa é notar que o trecho inicial do título, “Para a polícia”, faz grande diferença: é como se inocentasse *Veja* de possíveis acusações ao casal, passando essa responsabilidade à polícia. Afinal, caso o trecho em questão fosse retirado, poderia comprometer uma possível imparcialidade. A manchete “Não há mais dúvidas sobre a morte de Isabella: FORAM ELES”, sem a frase “Para a polícia”, demonstraria uma opinião ainda mais evidente a respeito do caso, mesmo que o posicionamento já seja ou pareça óbvio.

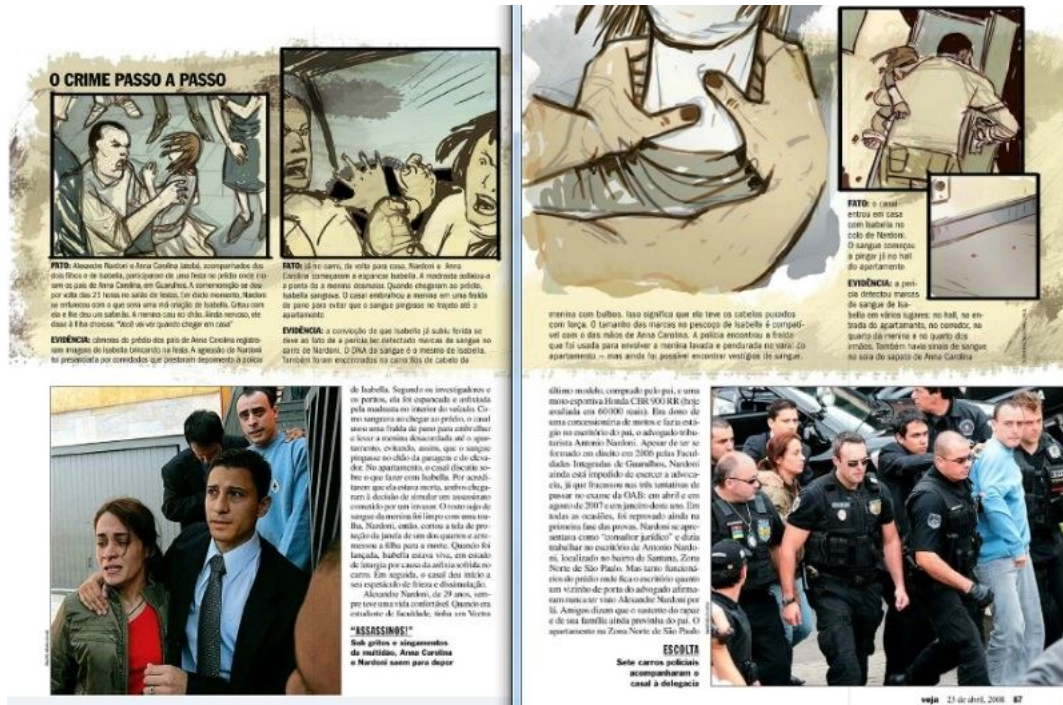


Figura 4.3 – edição 2057 da Veja, infográfico representando a simulação da cena.

Se apenas as iniciais dos nomes do casal aparecem em letras maiúsculas na legenda, embora em fonte menor, o mesmo não se pode dizer da manchete, cujas letras são todas maiúsculas, porém com evidente destaque para o final “FORAM ELES”, escrito em letras garrafais. Um olhar mais desatento ou mesmo um primeiro contato com a revista dificilmente não associarão a imagem à última linha. Ao dizer que “foram eles” (Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá) os culpados, *Veja*, entretanto, pode assumir, simultaneamente, a postura apenas da observação, como se não estivesse julgando, e sim passando uma mera informação. Afinal, não foi a revista que alegou a culpa de ambos no assassinato. Não de maneira declarada. Foi, conforme as próprias palavras iniciais, “a polícia”. Assim, algo que parece tão claro (a opinião a respeito do caso) se transforma, na verdade, no simples dever de informar, a despeito de representar, também, uma “poderosa” chamada para a matéria principal. E nada mais.

AINDA MAIS ACUADOS

Figura 5.1 – edição 2058 da Veja, “AINDA MAIS ACUADOS”

A reportagem diz que o horário em que a família chegou à casa coincide com o horário da queda da menina. A edição faz comparações com o depoimento dado pelo casal ao Fantástico, da TV Globo, com as informações colhidas em depoimentos e através da polícia.



Figura 5.2 – Alexandre Nardoni em depoimento ao Fantástico, da TV Globo

A matéria faz um recorte da imagem de Alexandre Nardoni em entrevista para a TV. Alexandre aparece na parte superior do centro da revista. O enquadramento de câmera mostra um homem de família, com camisa social clara e calça jeans, sentado no sofá ao lado de Anna Carolina Jatobá.

Na mesma página, *Veja* monta um infográfico detalhando cada passo da família Nardoni no dia da suposta queda de Isabella. O infográfico é montado através de informações de um tipo de rastreador via satélite no carro. Investigadores conseguiram descobrir em que momento Alexandre e Anna Carolina chegaram ao apartamento. A revista compara o depoimento dado pelo casal e contrapõe com as informações divulgadas pela polícia através do rastreador.



Figura 5.3 – Infográfico revela suposta contradição do Casal Nardoni

Assim, a edição, através deste infográfico, tenta levar o leitor a pensar que os dois mentiram no depoimento, com o título: “TEMPO CURTO DEMAIS”, referindo-se ao fato de que não haveria tempo suficiente para alguém entrar, revirar o apartamento, jogar Isabella pela janela e sair sem que ninguém percebesse. A edição mostra, ainda, uma contagem de

tempo, em vermelho, indicando os treze minutos que alguém teria para entrar no apartamento e jogar a menina pela janela.

Na página 85, a imagem de Anna Carolina Jatobá está no centro da revista, com os cabelos presos, desarrumada, roupas em tons claros e calça jeans. Ao seu lado, Alexandre Nardoni. Essa imagem foi captada na entrevista concedida ao Fantástico. Na continuação da matéria, são entrevistados os peritos especialistas em crime, que contradizem as informações dadas pelo casal.

asfixiada. Como os peritos envolvidos no inquérito, especialistas entrevistados por VEJA não entraram em consenso em relação a esse detalhe. “É mais provável que ela tenha sido esganada no carro, já que não haveria tempo para alguém asfixiá-la no apartamento e fazer tudo o que se sabe que foi feito lá”, diz Marcelo de Oliveira, especialista em química forense e professor da USP de Ribeirão Preto. Já Roger Ancillotti, professor de perícia criminal e medicina legal da Universidade Castelo Branco, é de opinião contrária: “Isabella não teria sido encontrada com vida se tivesse sido asfixiada ainda no carro”. No entanto, mais do que pontos obscuros como esse, são precipitações processuais e o desencontro de versões sobre aspectos fundamentais do caso que ajudam a municiar a defesa.

Figura 5.4 – edição 2058 da Veja, detalhes do caso

Na parte inferior, ainda na página 85, a continuação do infográfico, com informações obtidas através do rastreador no carro dos Nardoni. Um ponto importante: a reportagem nos leva a pensar que os supostos invasores do apartamento teriam pouco tempo para cometer uma série de atrocidades e atirar Isabella. Em destaque, na cor verde, estão algumas informações que não batem com o depoimento dado pelo casal. A revista cria um pré-julgamento em relação aos dois.

O QUE ELES QUEREM É IMPRENSA NENHUMA

Figura 6.1– edição 2059 da Veja, “O QUE ELES QUEREM É IMPRENSA NENHUMA”

Depois de mais de um mês do assassinato de Isabella, o artigo publicado pela revista apresenta uma entrevista com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que então era presidente em exercício no ano de 2008, quando ocorreu o crime. A entrevista reforça o caso, recorrendo a uma autoridade. Que diz, mesmo sendo inocentes, naquele momento os dois já estavam condenados.

“As críticas ao trabalho da imprensa no caso Isabella carregam, não raro, o rancor e a má-fé dos que pretendem tratar a República como assunto privado, ao abrigo da curiosidade do ‘povo’, visto como um bando de linchadores, e do escrutínio da opinião pública”

Figura 6.2 – edição 2059 da Veja, Nota em vermelho

Veja compara o Caso Isabella ao mensalão, no qual todos são inocentes até que se prove o contrário.

Logo em seguida, na página 114, um recorte da imagem de Isabella sentada em cima de um parapente na varanda, a mesma imagem usada pela revista na edição 2055, de 09 de abril. Isabella aparece sorrindo, com um olhar de doçura e inocência.



Figura 6.3 – Isabella Nardoni sorri na janela do apartamento

Na página 115, aparece a mesma imagem utilizada na edição anterior, do casal sentado no sofá em uma entrevista concedida ao Fantástico. Nesse momento, após mais de um mês da morte de Isabella, a revista não apresenta qualquer informação nova, baseando-se apenas em dados da polícia e laudos da perícia, que começavam a ser divulgados.

Pedidos: pela polícia de São Paulo a prisão preventiva do casal Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá. Eles são acusados de espancar, matar e atirar pela janela do apartamento deles a pequena Isabella Nardoni, de 5 anos, filha de Alexandre. A polícia justificou o pedido, afirmando que o crime é hediondo e covarde e que eles podem atrapalhar as investigações ou fugir se permanecerem em liberdade. Dia 30.



Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá: pedido de prisão preventiva

Figura 6.4 – Casal Nardoni durante entrevista ao Fantástico

9.6 Análise Revista “Veja” - Edição 2060 – 14 de Maio de 2008

Na edição 2060 (página. 104), fica claro o ponto de vista da revista a respeito do caso. *Veja* abre a edição com o título: “AGORA, ELES SÃO RÉUS”, afirmando que Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá são os acusados de terem espancado e jogado Isabella pela janela do Edifício London, em São Paulo, no dia 29 de março.

Polícia



Agora, eles são réus

Mas a batalha entre a promotoria e a defesa do pai e da madrasta de Isabella está longe de acabar

O julgamento de Anna Carolina Jatobá e Alexandre Nardoni, madrasta e pai de Isabella, assassinada em março, levará de um a quatro anos para ocorrer. Até lá, o Ministério Público, que responsabiliza o casal pela morte da menina, e os advogados da dupla devem travar uma longa batalha em torno da liberdade dos dois. Por enquanto, leva vantagem o MP, que, na quarta-feira passada, conseguiu que a Justiça aceitasse a denúncia contra o casal por homicídio doloso triplamente qualificado e determinasse a prisão preventiva dos, agora, réus. Nardoni e a mulher foram presos diante de uma multidão de cerca de 1.000 pessoas que pediram seu linchamento e atra-

va ovos contra os carros de polícia em que eles estavam.

O segundo tempo da briga entre a defesa e o MP ocorrerá na próxima semana, quando o Tribunal de Justiça decidirá se autoriza a liberação dos réus. A defesa desta entrada no pedido de habeas corpus na sexta-feira. Pediu também a anulação do despacho em que o juiz Maurício Fossen aceita a denúncia do MP, alegando que ele errou ao emitir opiniões sobre a responsabilidade do casal no crime. Especialistas ouvidos por VÉJA são de opinião que o TJ vai decidir pela soltura. “No despacho do prisão, o juiz invoca a ameaça à garantia da ordem pública, mas de forma equivocada. Não há base legal para a prisão”, diz o

jurista Luiz Flávio Gomes. Caso o pai e a madrasta de Isabella sejam soltos, a promotoria só pode pedir que eles voltem à prisão se houver um fato novo e comprovado que indique uma obstrução ao andamento do processo. O vai-e-volta da cadeia é usual em casos de grande repercussão. Suzane von Richthofen, a estudante que matou os pais em 2002, foi presa três vezes e posta em liberdade duas nos quatro anos que se passaram entre o crime e a sua condenação a 39 anos de prisão, em 2006.

O casal será interrogado pela Justiça no próximo dia 28. Depois, o juiz ouvirá as testemunhas de acusação e defesa. Em seguida, o promotor e os advogados farão suas alegações finais. Só então o juiz decidirá se os réus vão ou não a júri popular. Pelo menos até lá, o assassinato de Isabella continuará sendo um crime sem condenados. ■

Nardoni e Anna Carolina no momento da prisão. Turbulência e gritos: “Vamos linchar!”

Juliana Linhares

104 14 de maio, 2008 veja

Figura 7 – edição 2060, de 14 de maio de 2008

- Casal Nardoni rodeado por imprensa e policiais – “AGORA, ELES SÃO RÉUS”

A matéria se inicia com a imagem do casal, em desespero, sendo algemado. Alexandre aparece de perfil, com olhar assustado e cercado por vários policiais. Anna Carolina, por sua vez, está com o cabelo todo desarrumado, de perfil e também com a expressão de medo em seu rosto.

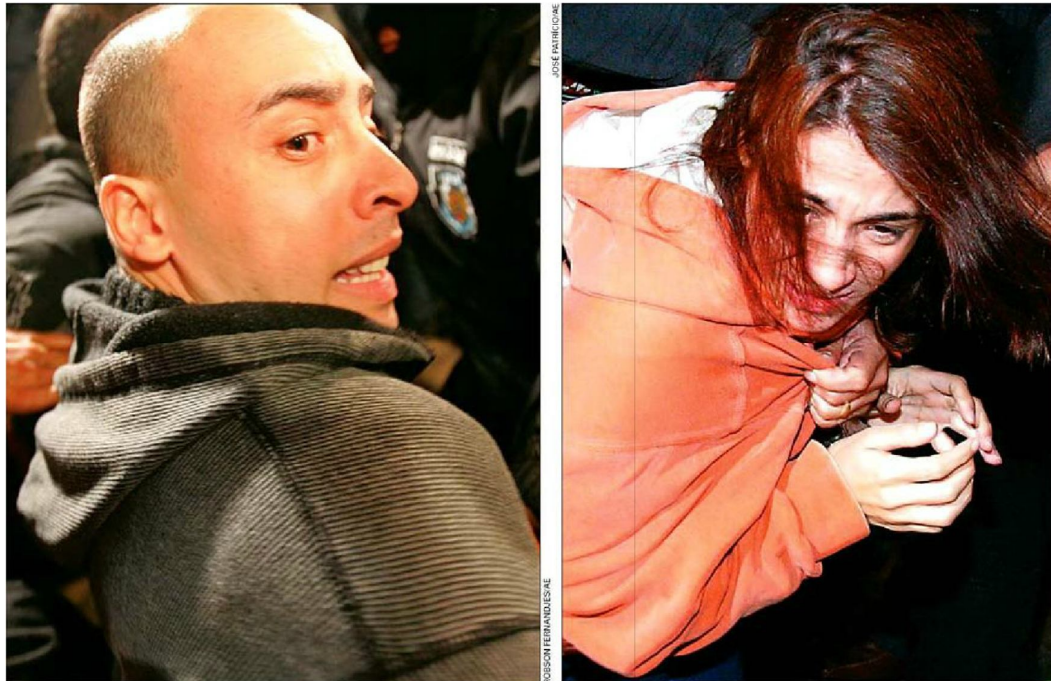


Figura 7.1– Casal Nardoni rodeado por imprensa e policiais

Mas a batalha entre a promotoria e a defesa do pai e da madrasta de Isabella está longe de acabar

Figura 7.2– Casal Nardoni – Nota – Mas a batalha entre a promotoria e a defesa do pai e da madrasta de Isabella está longe de acabar

A relação de enquadramento da *Revista Veja*, como o termo utilizado no lead (“Mas a batalha”), nos remete a luta entre a família Nardoni e a justiça.

O sensacionalismo está presente na comparação do Caso Isabella com outro de grande repercussão: o Caso Suzane von Richthofen, nome da estudante que matou os pais em 2002. Porém o casal ainda não havia sido julgado, e não era possível, portanto, afirmar se realmente foi culpado pelo crime. *Veja* também diz que ainda seria tomada a decisão de Alexandre e Anna Carolina irem, ou não, a júri popular.

9.7 Análise Revista “Veja” - Edição 2061 – 21 de Maio de 2008

Veja abre a edição 2061, na página 70, com o título: “UM GOLPE NA IMPUNIDADE”, falando sobre uma nova lei que acelera o julgamento de réus. A revista compara a absolvição do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, que havia sido condenado pela morte da missionária Dorothy Stang, à mudança feita pelos parlamentares brasileiros no código penal, com a aprovação de uma lei que elimina a possibilidade do segundo julgamento em um tribunal do júri.

Brasil

UM GOLPE NA IMPUNIDADE

Nova lei acelera julgamento de réus e elimina segunda chance para os condenados por assassinato

Marcelo Garcia

Dois episódios recentes — o assassinato da menina Isabella e a absolvição de fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, que havia sido condenado no ano passado pela morte da missionária americana Dorothy Stang — fizeram com que os parlamentares brasileiros dessem, no semana passada, um passo importante para acabar com a impunidade de no país. No quarta-feira, a Câmara aprovou um pacote de mudanças no Código Penal que, entre outras coisas, elimina a possibilidade de um segundo julgamento, um tribunal do júri, no caso de atos acusados de homicídio. Até então, todos os réus condenados a pena igual ou superior a cinco anos de prisão tinham direito a um segundo júri. Foi com base nessa legislação que o fazendeiro Moura, condenado a cinco anos no ano passado por ter envenenado o assassinato da freira Dorothy Stang, conseguiu se safar da sentença. Já foi com base nessa legislação que o

fazendeiro Moura, condenado a cinco anos no ano passado por ter envenenado o assassinato da freira Dorothy Stang, conseguiu se safar da sentença. Já foi com base nessa legislação que o

reus de processos é tamanho que alguns casos demoram até cinco anos para chegar ao tribunal. O julgamento do jurista Antonio Pinheiro Neves, condenado por matar a ex-terrorista, levou quase seis anos para ocorrer. O do Sargento von Richthofen, que confessou ter matado os pais, demorou quatro meses. Agora, não haverá mais desculpa para isso. Se um réu não se julga do seu caso, ele terá que se julgar em processo — seja por acidente de trânsito ou qualquer outro motivo —, o caso será automaticamente remetido para outro fórum, com prioridade para a realização do julgamento. Essa medida terá impacto imediato no caso Isabella. Graças a ela, Alexandre Nardoni e Ana Carolina Lambi deverão estar sentados no banco dos réus, no máximo, até o início de ano que vem. Antes, especialistas estimavam que o julgamento do pai e da madrasta de Isabella só seria realizado em 2010.

Os deputados ainda acobertam com vários mecanismos que, sob a justificativa de garantir a defesa dos acusados, eram usados para atrasar o julgamento. Antes, realizavam-se três audiências antes do júri. Agora, será apenas uma. Também não haverá mais um sistema limitado de questões, como são chamadas as perguntas técnicas apresentadas aos jurados antes da decisão pela condenação ou absolvição. Como o júri é formado por leigos, muitas vezes os advogados formulavam questões complexas, apenas com o intuito de criar contradições. Se o veredicto fosse desfavorável, a defesa pedia a anulação do julgamento, alegando erros nas respostas às questões. Especialistas estimam que mais da metade dos julgamentos de homicídio anulados por

Ana Carolina e Nardoni: mudança na lei vai acelerar o julgamento dos acusados da morte de Isabella



O caminho é longo

As mudanças aprovadas na Câmara representam um avanço, mas ainda há muitas pedras no caminho da Justiça

Letanias para com crimes graves

A legislação prevê alternativas para réus penitenciários mesmo quando estes são autores de atos graves como homicídios. Com isso, autoridades podem recorrer em liberdade de uma condenação até a sentença definitiva. O que pode levar décadas

Isso inverte de habas corpus

O instrumento, que deveria ser usado para questionar a legalidade de uma prisão, vem sendo usado em várias fases do processo, fragmentando com o juiz o prazo de atingir a sentença

Excesso de recursos

Após a condenação em primeira instância, os réus ainda podem recorrer da decisão, impedindo qualquer tipo de recurso. O uso desses recursos tem sido, de novo, por um lado, uma medida final da Justiça

O fazendeiro Moura, absolvido no segundo julgamento do assassinato de Dorothy Stang, se a nova lei evitasse esse tropeço, isso não teria ocorrido

Justiça brasileira tiveram como justificativas supostas incorreções nas respostas dos jurados. Com a nova lei, eles só terão de responder a sete perguntas: se o crime ocorreu, se o réu é autor e se ele deve ser absolvido ou condenado. As mudanças aprovadas pela Câmara modernizam, simplificam e agilizam o Judiciário”, afirma o presidente geral de Justiça de São Paulo, Fernando Grella Vieira. Elas visam a valer assim que receberem sanção presidencial.

Além das alterações na mecânica dos julgamentos, os deputados aprovaram medidas que tornam mais difícil a vida de criminosos já condenados, mas cuja ainda falta de poder reclusivo para entrar em vigor. Finalmente, os deputados analisaram o projeto que estabelece prazo de três meses a um ano de prisão para delitos que portarem caráter em presídios. Deixar esse é considerado apenas uma tarefa administrativa, não sujeita a punição. Também entrará em vigor a medida que prevê o monitoramento eletrônico para presos que se tenham obtido benefícios como progressão para o regime semi-aberto ou saída temporária. Será o fim — ou, pelo menos, assim se espera — das fugas de presos que ganharam indulto em datas como o Natal e são retornam ao presídio. A iniciativa da Câmara mostra o compromisso, por parte dos parlamentares, de que o combate à impunidade se dá pela adoção de medidas como a redução de benefícios e o aumento de penas para os condenados. No Brasil, dois últimos tempos, foi-se exatamente o contrário — redução de penas e aumento de benefícios. As estatísticas de criminalidade mostram como demonstra um modo esse político.

21 de maio de 2008 veja

veja 21 de maio de 2008 71

Figura

8 – edição 2061, de 21 de maio de 2008 – “UM GOLPE NA IMPUNIDADE”

UM GOLPE NA IMPUNIDADE

Figura 8.1 – “UM GOLPE NA IMPUNIDADE”

A edição 2061, infere-se que há uma angulação ou deslocamento do caso Isabella em si, para a alternância da repetição de informações de menor relevância e falta de novas informações sobre o assunto (Veja fala bastante sobre Vitalmiro Bastos de Moura e a nova lei). Na parte inferior da matéria, se vê a imagem de Anna Carolina algemada dentro do carro de polícia, vestindo moletom e calça jeans, com olhar perdido. Já Alexandre Nardoni, também de moletom e calça jeans, ao seu lado, está com o olhar focado no horizonte.



Figura 8.2 – Alexandre e Anna Carolina sendo levados à prisão

Uma provável leitura que o pior espera por eles, interfere-se diante do exposto na mesma página (71), a imagem de Viltalmiro, o fazendeiro que responde processo em liberdade depois de ser absolvido pelo júri.



Figura 8.3 – O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura

Veja também monta um infográfico para falar sobre a nova Lei da Impunidade com relação ao Caso Isabella e ao fazendeiro. O infográfico mostra como foram as mudanças aprovadas pela câmara. Não há nada de novo sobre o caso, e, até por isso, a matéria tenta levantar outros assuntos para chamar a atenção do leitor.



Figura 8.4 – Infográfico mostrando pontos falhos da Justiça Brasileira.

Até aqui foram analisadas as nove edições da revista sobre o caso, no período de primeiro de abril a 30 de junho. Para complementar, nove anos depois, a justiça liberou o acesso ao processo digital por parte de Ana Carolina de Oliveira, mãe de Isabella, que estava sob segredo de justiça.⁵ Tais aspectos serão apontados a seguir, como complemento às informações apresentadas ao longo deste trabalho.

Autores e a vítima, suas vidas anteriores ao crime

Constam nos autos do processo¹² que, Isabella de Oliveira Nardoni (São Paulo, 18 de abril de 2002 — 29 de março de 2008)⁶ era filha de Ana Carolina Cunha de Oliveira (nascida

¹ O documento com a sentença do processo pode acessado virtualmente: Disponível em <<https://ambito-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/2134591/integra-da-sentenca-do-caso-nardoni>>. Acesso em 8 abril 2017.

em 5 de abril de 1984, natural de São Paulo e de Alexandre Alves Nardoni (nascido em 26 de junho de 1978, natural de São Paulo). Ana Carolina ficou grávida de Alexandre aos dezessete anos. A notícia da gravidez não foi bem recebida por Alexandre, pois na época ele tentava ingressar na faculdade de Direito.

Alexandre Nardoni separou-se de Ana Carolina quando Isabella tinha onze meses. Em acordo jurídico, foi definida pensão alimentícia mensal de 250 reais e o direito a duas visitas por mês, quinzenalmente.

Na época da morte, Alexandre Nardoni vivia com a madrasta da menina, Anna Carolina Trotta Peixoto Jatobá (nascida em 9 de novembro de 1983, natural de São Paulo).

Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá

Ana Carolina foi questionada pelo promotor Francisco Cembranelli. Suas respostas retrataram Nardoni como um pai ausente, um homem destemperado e agressivo. Anna Carolina Jatobá, a madrasta, foi descrita como uma mulher extremamente ciumenta e também destemperada.

Entre os episódios relatados por Ana Carolina, está o de uma festa na casa da avó dela. Nardoni ficou bastante irritado com uma piada feita pelo marido de uma prima de Ana Carolina. Tudo por que o outro disse, ao se despedir: “Por falta de tchau, adeus.” Nardoni não aceitou a brincadeira. Muito irritado, voltou para a porta da casa e, na rua, chamava o primo de Ana Carolina para brigar. Ele estava totalmente transtornado, mas a família dela contornou a situação e evitou o confronto.

História de como ocorreu o crime

No processo, também consta que ainda na garagem do Edifício London, assim que Alexandre desliga o carro, Ana se vira e agride Isabela - sentada atrás do pai. Já no apartamento, o pai entra com Isabela no colo, chegando na sala, ele a joga no chão com força e em seguida, de acordo com a polícia, a madrasta se aproxima e aperta o pescoço da criança, provocando asfixia.

Alexandre vai até a cozinha, pega uma faca e uma tesoura multiuso e corta a grade de proteção da janela do quarto das crianças, levando Isabela ao quarto, caminhando com dificuldade com ela sobre a cama, em direção à janela. De acordo com a polícia, o pai não

joga a menina. O impacto da queda é ouvido pelo porteiro, que liga para um morador do primeiro andar e chama socorro.

Em contra-partida, a história que inicialmente foi contada pelo casal foi a seguinte: O pai de Isabella teria afirmado em depoimento que o prédio onde mora fora assaltado e a menina teria sido jogada por um dos bandidos. Segundo divulgado pela imprensa ele teria dito que deixou sua mulher e os dois filhos do casal no carro e subiu para colocar Isabella, que já dormia, na cama. O pai da vítima teria descido para ajudar a carregar as outras duas crianças, respectivamente de 3 anos e 11 meses, e, ao voltar ao apartamento, viu a tela cortada e a filha caída no gramado em frente ao prédio. Entre o momento de colocar a filha na cama e a volta ao quarto teriam passado de 5 a 10 minutos, de acordo com o depoimento do pai. Existem algumas controvérsias quanto a asfixia e aos ferimentos da bacia, esclarecidos mais tarde, como pode ser visto nos tópicos anteriores.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando analisar a ocorrência do encadeamento midiático em um dado período, acompanhou-se como o caso Isabella Nardoni foi noticiado e discutido em várias revistas nacionais. O caso foi escolhido por terem sido capa de revistas no período avaliado (1 de abril a 30 de junho de 2008) e por terem causado grande comoção nacional. Esse período abrange os dias posteriores à queda de Isabella do sexto andar do Edifício London, em São Paulo. Foram analisadas as versões impressas da revista *Veja* e a versão *on-line* da revista. Em cada edição, é notório que foi qualificado o conteúdo abordado sobre o caso Isabella. Entretanto, apareceram na capa e o número de textos no miolo das várias edições da revista retratando o caso. Cada unidade de texto foi delimitada pelo título. A pesquisa não avaliou a dimensão das notícias.

Enfim, é possível inferir que existe hoje uma relação simbiótica entre os níveis midiáticos. As interfaces facilitam a livre circulação de informações em escala global, o debate público sobre notícias e a própria publicação de textos e análises críticas por pessoas sem formação jornalística ou vinculação com instituições midiáticas. Isso não significa, contudo, que estejamos alcançando um estágio de total transparência. Nem tampouco se pode pensar que as instituições midiáticas e o capital transnacional (que ultrapassa os limites) estejam perdendo sua força.

O caso Isabella Nardoni, é apenas um exemplo de como os veículos de comunicação, especificamente a revista *Veja*, podem fazer para atender os interesses comerciais e a busca incessante para prender a atenção do leitor. Há vários outros casos que receberam esse tipo de tratamento, na maioria das vezes, ainda mais sensacionalistas e superando níveis de antiética imagináveis.

A partir do caso exposto, a partir de capas e reportagens da revista *Veja* sobre o caso Isabella Nardoni, pode-se destacar em primeiro lugar a importância que assume nas estruturas narrativas elaboradas pelas várias edições da revista. Entretanto o ponto principal está na maneira de narrar o fato. Infere-se com base no caso apresentado que há uma espetacularização do caso (FIORI; NICOLETTI BOZZA; ARAKI, 2011, p. 25).

Tomando o Caso Isabella como exemplo, observa-se que a morte da garota de cinco anos se tornou um grande espetáculo, a ponto de a ética ter sido suplantada. *Veja*, seguindo uma tendência de maneira mais incisiva, construíram o sentido da acusação ao casal

Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, sem se preocuparem com o fato de que os acusados, por mais evidentes que as provas parecessem, ainda não poderiam, àquela altura, ser considerados culpados. A pressa pelo ineditismo, somada à vontade de agradar a maior parte do público, pois se revista no agradar, não chamar atenção do leitor, o produto não vende, poderia ter causado sérios problemas se a inocência de ambos fosse comprovada depois. Tendo isto em vista, pode-se dizer que os meios visam a assunto do momento.

Veja, na abordagem ao caso, utiliza cores como vermelho, preto e branco, cujas simbologias são diferentes, entendendo ser uma ótima maneira de dramatizar a história, além de tal recurso ser bastante chamativo. As capas se fazem necessárias para uma boa introdução ao que será lido, a reportagem principal. (TAKAHASHI; FARIAS, 2010, p. 6-7).

A revista noticia o fato, expõe ao leitor, a atribuição de resolver é da justiça. Destarte, a revista precisa contribuir no plano narrativo a ser resolvido. A maneira como foi feita a cobertura do fato girou mais em torno do que poderia ser trazido de novo, ou relevante, e que chamasse a atenção do público do que algo que poderia ser importante ou mesmo ajudar a polícia nas investigações.

Em relação ao objetivo geral, nota-se que a busca pelo ineditismo, por novos fatos ou discutir exaustivamente um mesmo tema não é um rumo da informação. Pelo contrário, traz à tona o desejo de justiça nas pessoas, em termos como “cruel”, “hediondo”, “terrível”, “trágico” e outros.

A construção leva em consideração textos e imagens, o uso das cores como fonte de informações enfim, tudo que está explícito e implícito. Um bom exemplo pode ser o preto representando a tristeza pela morte de uma menina de cinco anos. O branco, lembrando que esta mesma menina, agora, está em paz. (GUIMARÃES, 2003, p. 12).

Dessa forma, especialmente ao falar de Veja, presentes no cotidiano de boa parte dos brasileiros leitores ou assinantes da revista semanal de informação, as palavras e imagens adquirem certo “poder” no sentido em que estão inseridas, remontando ao fato de que a justiça deve prevalecer. (TEIXEIRA, 2005, p.12).

Por outro lado, entende-se que, mesmo não sendo justificável, o sensacionalismo sustenta para que a revista continue em circulação. Assinantes e anunciantes que garantem a lucratividade e a sobrevivência da empresa jornalística moderna (uma vez que a venda em

banca não cobre o custo industrial). O futuro da mídia sensacionalista, aparentemente, estaria com os dias contados.

No entanto, o exercício de futurologia é arriscado e se baseia em hipóteses sempre discutíveis. O que se pode dizer, apesar das mudanças e costumes, valores e ideologias, é que o sensacionalismo tem conseguido garantir seu lugar entre os veículos de informação.

Não foi o propósito deste trabalho discutir uma opção, desfecho ao sensacionalismo, ou como seria uma cobertura “imparcial” do caso Isabela Nardoni. Entretanto, tal leitura leva a uma intensa discussão sobre a objetividade, de tão polêmica, não encontraríamos consenso no meio acadêmico e não passaria de apenas discussões infundáveis. Mesmo porque, olhando de outro ponto de vista, haverá aqueles que defendem a importância de emocionar e sensibilizar as pessoas. Esta análise remete a outras características da comunicação ou do jornalismo como emocionalidade x objetividade além deste caso específico.

A discussão findada aqui neste trabalho tem a relevância de alertar aos leitores, como meios que “respeitam a sua inteligência” e que se dizem fazer um “jornalismo de verdade”, afirmam ser imparciais e objetivos, além, de manipular a opinião pública. Manipulam, defendem um ponto de vista, mostrando como se fosse a única versão dos fatos.

Com base nas análises apresentadas e no referencial teórico mencionado que tem como ponto principal o enquadramento, observa-se que a revista Veja mostrou e defendeu seu ponto de vista, de forma gritante, mesmo seus leitores sabendo que a linha editorial desta publicação é partidária e parcial. Mesmo assim, a publicação insiste em levantar uma bandeira da imparcialidade e objetividade. Por esse motivo, pode-se lembrar também que a revista, como é sabido no meio jornalístico, é alvo de tantas críticas e acusações de uso do sensacionalismo. O leitor em geral, que consome as informações de tal publicação, ainda não percebe que os fatos apresentados pela revista Veja são sensacionalistas. Diante do que foi até aqui apontado, percebe-se que o principal perigo do sensacionalismo é a perda do senso crítico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Livia. O não-sensacionalismo de Veja. In **Semana Revista**, a revista oficial da VI Semana de Jornalismo da UFSC. Florianópolis: UFSC, 2008.p. 36

ALI, Fátima. **A arte de editar revistas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**. Um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995 (Coleção Novas Buscas em Comunicação, vol. 47).

ARBEX JR., José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. 2. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

AUGUSTI, Alexandre Rossato. **Jornalismo e comportamento**: os valores presentes no discurso da revista Veja. 2005. 182f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Acesso em 10 de ago de 2014.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: As técnicas do Jornalismo – volume 2. Editora Mauad. Rio de Janeiro, 2009.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: História da imprensa brasileira – volume 1. Editora Mauad. Rio de Janeiro, 2009.

BAPTISTA, Í. C. Q.; ABREU, K. C. K. **A história das revistas no Brasil**: um olhar sobre o segmentado mercado editorial. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/baptista-iria-abreu-karen-a-historia-das-revistas-no-brasil.pdf>>. Acesso em 30 de set de 2016.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. 5.^a-ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BARBOSA, Marialva; ENNE, Ana Lucia Silva. O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. In: **Revista ECO-PÓS** da UFRJ. Rio de Janeiro, vol. 8, n.º 2, p. 67-87, 2005. Acesso em 02 de out de 2016.

BENNETI, Márcia. “A ironia como estratégia discursiva da revista Veja”. In: **Anais do XVI Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Curitiba: Compôs, 2007. v. 1. Acesso em: 01 de out de 2016.

BONNER, William. **Jornal Nacional - Modo de Fazer**. Rio de Janeiro: Editora Globo.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL, André; MIGLIORIN, Cezar. A gestão da autoria: anotações sobre ética, política e estética das imagens amadoras. In: *Revista Ciberlegenda*, n.22, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/75>. Acesso em: 01 de out de 2016.

BRUNO, Fernanda. Estética do flagrante: Controle e prazer nos dispositivos de vigilância contemporâneos. In: *Cultura e Pensamento, Revista Cinética*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.revistacinetica.com.br/cep/fernanda_bruno.htm. Acesso em 01 de out de 2016.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

BUITONI, Dulcilia Schroeder. **Fotografia e Jornalismo: a informação pela imagem**. Editora Saraiva. São Paulo, 2011.

CALDAS, Maria das Graças Conde. Ética e cidadania na formação do jornalista. *Revista Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: Pós Com-Umesp, a. 27, n. 44, p. 85-101, 2o. sem. 2005. Acesso em 29 de set de 2016.

CAMARGO, Suzana. **A REVISTA NO BRASIL**. Editor Abril. São Paulo, 2000.

CAMPONEZ, José Carlos Costa dos Santos. **Fundamentos de deontologia do jornalismo**. 595 fls. Tese (Doutoramento em Letras). Universidade de Coimbra, 2009. Acesso em 17 de ago de 2014.

CAPORALINI, Fernanda Vilardi. **O Crime do Século**. Disponível em: http://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades_artigo/182, 2013. Acesso em: 01 de out de 2016.

CARRASCO, Vinicius. **Todo dia é dia dos mortos**: estudo sobre a banalização da morte no jornalismo impresso. Bauru, 1999. (Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Campus de Bauru, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: Modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAURAUEAU, Patrick. **El discurso de la informacion**. Barcelona: Gedisa, 2003.

CRUZ, Adriano Charles da Silva. **A construção da insegurança econômica nas capas da revista Veja**. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/cruz-adriano-construcao-veja.pdf>>. Acesso em: 28 de set de 2016.

DALMONTE, Edson; SILVA, Wanise C. **Os infiltrados: limites legais e éticos da atuação da “Imprensa investigativa no Brasil”**. *Confluências*, vol. 13, n. 1 – Niterói: PPGSD-UFF, novembro de 2012, páginas 56 a 72. Disponível em: < > Acesso em 17 de ago de 2014.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora [Contraponto](#), 1997.

DEOLINDO, Jacqueline da Silva; LOVISOLO, Hugo R. **“Encontros e desencontros da ética jornalística: Resultados de uma pesquisa de campo”** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2008. Natal, RN. Anais. ---Disponível em: Acesso em 19 abr. 2014

DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986 (Novas buscas em comunicação, vol. 15).

ENTMAN, Robert M. **“Framing: toward clarification of a fractured paradigm”**. In: *Journal of Communication* 43 (4), Autumn, New York: Oxford University, 1993.

FACTO AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO - Empresa Jr. de Jornalismo da Universidade de Brasília, **Sensacionalismo: realidade ou fantasia**, 1º de fevereiro de 2013).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**.

FIORI, Bruna da Silva. **Jornalismo e Sensacionalismo: o fato, a notícia e o show**, 2011. Disponível em: http://www.unoeste.br/facopp/revista_facopp/IC4/IC47.pdf>. Acesso em: 02 de out de 2016.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 6.^a ed. São Paulo: Loyola, 1998.

GRUPO ABRIL, 2016. **O jeito brasileiro de fazer revista semanal**. Disponível em: <<http://www.abril.com.br/institucional/50anos/veja.html>>. Acesso em: 15 de nov. 2016

GREGOLIN, Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2005.

INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO. **Circulação da Revista Veja no Brasil**. Disponível em: < <http://www.ivc.org.br/>>. Acesso em: 28 de set de 2016.

KOSOVSKI, E. **Ética na comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

LANA, Lígia. **Telejornalismo dramático e vida cotidiana**. Estudo de caso do

LIMA, Venício A. **Outras Mídias. Do assassinato de Kennedy ao STF e a mídia**. Disponível em: <http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/do-assassinato-de-kennedy-a-joaquim-barbosa-e-a-midia/>>. Acesso em: 28 de set. 2016.

MACIEL, Betania; SABBATINI, Marcelo. **Construção da realidade social, meios de comunicação e jornalismo científico na era da tecnociência: uma reflexão.** 2005. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2005/betaniamaciel2005.rt>>. Acesso em: 28 de set de 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação.** São Paulo: Cortez, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: o jornalismo como produção social da segunda natureza.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial.** 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MELLO e SOUZA, Cláudio. **Jornal Nacional: 15 anos de história.** Rio de Janeiro: TV Globo, 1984.

MELO, José Marques de. **Sensacionalismo na Imprensa.** Comunicações e Artes. Uma Semana de Estudos sobre Sensacionalismo, São Paulo, n.º4, p. 55-65, 1971.

MESQUITA, Flávio Agnelli. **O dia “D”:** análise do enquadramento às coberturas de Veja e Isto É no domingo anterior às eleições presidenciais do 2º turno. Disponível em:<<http://www.faac.unesp.br/publicacoes/anais-comunicacao/textos/24.pdf>>. Acesso em: 16 de ago de 2014.

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX: Neurose.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

NEGRINI, Micheli. **A morte em horário nobre.** A espetacularização da notícia no telejornalismo brasileiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS: Porto Alegre, 2010. Acesso em 02 de out de 2016.

NJAINE, K. et al. **A produção de desinformação sobre violência: análise de uma prática discriminatória.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.13, n.3, 1997.

PEDROSO, Daniel. **Semiótica das mídias: midiaticização e as incursões do telespectador como produtor de conteúdo,** 2012. Disponível em: <http://ciseco.org.br/anaisdocoloquio/index.php/edicao1/6-midiaticizacao-e-as-incursoes-do-telespectador-como-produtor-de-conteudo>>. Acesso em: 02 de out de 2016.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A.A. (Org.). **Comunicação e Política: conceitos e abordagens.** Salvador: Ed UFBA, 2004. p. 73-104.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e política.** 2002.

PARK, J. **Contrasts in the coverage of Korea and Japan by US television networks: a frame analysis.** International Journal for Communication Studies, Londres; Thousand Oaks; Nova Deli, v. 65, n. 2, p. 144-164, 2003.

SANTOS, J. M. **Ética da comunicação.** Universidade da Beira Interior – Portugal. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santos-jose-manuel-etica-comunicacao.pdf>>. Acesso em 17 de ago de 2014.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista.** São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Beatriz Maia Guimarães da. **Veja e o Dossiê dos Gastos FHC:** os enquadramentos de um escândalo político midiático. Universidade Estadual de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.pucsp.br/compolitica/internas/pdfs/beatriz_maia.pdf>. Acesso em: 3 ago de 2014.

SOARES, M. C. Análise de enquadramento. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** Porque as notícias são como são – volume 1. Editora Insular. Florianópolis, 2005.

TAKAHASHI; FARIAS, 2010. **Capa, Cor, Amor Como o planejamento gráfico das capas da revista mais vendida no Brasil conquistou e conquista semanalmente seu público-alvo.** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0277-1.pdf>>. Acesso em 05 de fev de 2017.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise de Discurso e Psicanálise.** Elementos para uma abordagem do sentido no discurso. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.